REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

ALMEIDA, Sueli Souza de. Violência de Gênero e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: A cidadania feminina em construção. Editora Revinter RJ, 2007.

BARSTED, Leila Linhares. Violência Doméstica: Base para Formulação de Políticas Publicas: Rio de Janeiro. Fundação Perceu Abramo 1999

CADERNO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL CONTRA A MULHER. Secretaria Municipal de Saúde. São Paulo, 2007.

CARTILHA DO IDOSO: Mitos e Verdades Sobre a velhice, SMADS 2006.

CHAUÍ. Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1998.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Prefeitura do Município de São Paulo. São Paulo, 2008.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Serviço social e sociedade Famílias nº 71Cortez São Paulo, 2002.

IAMAMOTO. Marilda. Carvalho Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de Uma intervenção Histórico o metodológica 22º ed.Brasil:Cortez 2008.

LEI MARIA DA PENHA. Um Novo Tempo para o Nosso Caminhar. 2007

MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa Qualitativa: Um instigante Desafio. São Paulo, Veras Editora,1999.
PARADA MARLI, OAB-SP, Cartilha sobre violência Contra a Mulher, 2009

MARX e ENGELS. Manifesto do partido comunista. Martin Claret São Paulo, 2005

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO; Mitos e Verdades Sobre a Velhice: Guia de Serviços. São Paulo: SMADS, 2006.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, GOVERNO FEDERAL. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres Brasília, 2008

ROCHA, Lourdes de Maia Leitão. Nunes. Casas Abrigo No Enfrentamento da violência Doméstica. São Paulo: 2007.

SUAS, Orientação Acerca dos Conselhos e do Controle social da Politca Publica de Assistência Social, 2006.

SAFFIOT, I.B Heleirth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo. Editora: Fundação Perceu Abramo 2007.

SAFFIOT, I.B Heleirth. O Poder de Macho. 2 ª ed. São Paulo: Moderna, 1987;

SOCIEDADE SANTOS MARTIRES. Curso de capacitação projeto. São Paulo cuida, 2008).

SILVA, Mônica de Jesus da; MEDINA. Lucia; SILVA. Tatiana. Cecília Ferreira da. O Trabalho Desenvolvido pela Casa Sofia na Perspectiva do
Rompimento do Ciclo da Violência de Gênero. 2009. 71f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Faculdade de Serviço social, Universidade Santo Amaro São Paulo 2009.

SITES PESQUISADOS

http://200.130.7.5/spmu/docs/anais.pdf: *I CNPM*

http://200.130.7.5/spmu/docs/Plano%20Nacional%20Politicas%20Mulheres.pdf *I PLANO*

http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/1980410:BlogPost:29298.

http://www.almg.gov.br/eventos/mulheres/doc_base_iicnpm.pdf *II CNPM*

http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/828021 *movimento feminista*

http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=10145 *santos dias*

http://www.portaldetonando.com.br/forum/sexualidade-stoller-robert-j-t3012.html .

http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v1n2/06.pdf. Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006. feminismo

http://200.130.7.5/spmu/docs/pnpm_relatorio.pdf *relatório de implantação de 2005*

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*

http://aprendiz.uol.com.br/content/nowrejetop.mmp *Assassinato Zero*

http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST62/Marilda_de_Oliveira_Lemos_62.pdf. *Gênero*

http://www.patriciagalvao.org.br/ *violência contra mulher*

http://www.patriciagalvao.org.br/novo2/pesquisaibopemulhereaids.htm *violência contra mulher preocupa mais que o contagio com a Adis*

http://www.parauapebas.pa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=61 *abrigos para mulheres*

Introdução

Nossa iniciação científica tem como tema: *A emancipação das abrigadas e ex-abrigadas da Casa Abrigo Maria da Penha.*

Abordamos o tema indo em busca do entendimento do cotidiano das abrigadas e da emancipação delas para a sociedade pós-abrigamento. Foi feito um estudo aprofundado desde o abrigamento até a mulher criar sua autonomia. Com referenciais teóricos como Saffioti e Almeida, que discutem gênero e violência de gênero, Rocha, que em seu livro discute casas abrigos para o enfrentamento da violência, e Iamamoto, que discute questões sociais, entre outros, conseguimos compreender a violência contra a mulher, que tem tido muita repercussão em toda sociedade. Entendemos que a violência contra a mulher é uma forma de dominação de um gênero sobre outro gênero, em suma, do homem sobre a mulher.

A violência contra a mulher está sendo um dos maiores problemas que atingem a humanidade, portanto precisa ser combatida ou minimizada por meio das políticas públicas de enfrentamento desse tipo de violência.

Acreditamos que o trabalho sócioeducativo, com a equipe interdisciplinar e a passagem pelo Abrigo Maria da Penha, é uma forma de fazer com que as mulheres consigam autonomia e emancipação para viver na sociedade livres da violência de seus ex-companheiros.

O tema da violência contra a mulher começou a despertar nosso interesse com a experiência vivida por nós na casa abrigo, que atende mulheres com seus filhos em situação de violência e em risco iminente de morte, bem como com a observação do nosso cotidiano.

Nossa pesquisa foi realizada no período de 2008 a 2009, com as conviventes que permaneceram abrigadas no mínimo cinco meses. O objeto de estudo já estava sendo pesquisado desde o inicio de nosso pré-projeto.

As entrevistas ocorreram na casa das ex-abrigadas, num clima de confraternização, entrevistas abertas com a utilização de gravadores. Da mesma forma se procedeu com os profissionais do abrigo e com a única abrigada que permanecia na casa naquele momento.

Iniciamos o I capítulo com um breve histórico do ressurgimento do movimento feminista em plena ditadura militar, na década de 60. Este movimento feminista ressurgiu com o objetivo de manifestação contra todas as formas de violência contra as mulheres no Brasil e de reivindicação de seus direitos.

Foram tratados o conceito de gênero, violência e tipos de violência, que vêm sendo discutidos em grupos acadêmicos, seminários, simpósios, entre outros.

Desde a década de 60, o movimento feminista vem em busca de igualdades e combatendo todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres. Foi de tantas lutas que surgiram delegacias especializadas para mulheres vítimas de violência, defensorias, casas abrigos e, em 2006, a Lei Maria da Penha.

Destacamos também o que o atual governo Luiz Inácio Lula da Silva vem fazendo, desde seu mandato de 2003, para que as mulheres tenham igualdade de gênero e para coibir a violência contra mulheres. Criou-se o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres I e II (PNPM), que surge com a I e II Conferência Nacional de Política para as Mulheres- CNPM.

Finalizando o I capítulo, enfatizamos a importância de políticas públicas para emancipação de mulheres vítimas de violência institucionalizadas.

No II capítulo, foi destacada a ONG Sociedade Santos Mártires – SSM com o padre **Jaime Crowe,** que veio da Irlanda em missão de “congregar “ na igreja católica de Embu das Artes, onde percebeu a grande violência no bairro Jardim Ângela, que ainda não era distrito.

Também no segundo capítulo destacamos a Casa Abrigo Maria da Penha – CAMP, nosso objeto de pesquisa. Foram colocados o motivo da existência do abrigo, o perfil das abrigadas, tempo de permanência das conviventes, estrutura física do abrigo, quadro de funcionários, atividades desenvolvidas para abrigadas, parceiros e o papel do serviço social.

O nosso território de pesquisa é o distrito de Jardim Ângela.

O Jardim Ângela teve um mártir, Santo Dias da Silva, assassinado em 1979 por policiais militares, numa greve de metalúrgicos na região de Santo Amaro. Santo

morava na Vila Remo, bairro do Jardim Ângela. Desde essa época, Santo Dias é homenageado pela sua bravura.

Nessa mesma década, o bairro fica conhecido como “bairro do cabo Bruno”, um ex-policial justiceiro, que matava criminosos a mando dos comerciantes que eram assaltados pelos bandidos.

Na década de 90, o bairro era considerado como o mais violento do mundo, segundo dados da ONU. A partir daí, o padre começa a promover ações para minimizar a violência, como fóruns regionais, Caminhada Pela Vida e Pela Paz, realizada no feriado de Finados (dois de novembro) no cemitério São Luiz, Fórum Social Sul - FSS, para debater as problemáticas da região Sul, entre outros. Assim, o bairro deixa de ser considerado “bairro do cabo Bruno” e passa a ser “bairro do padre **Jaime”.**

1. I capítulo

1.1 - O REAPARECIMENTO DO MOVIMENTO FEMINISTA NA DÉCADA DE 60, NA DITADURA MILITAR.

No Brasil, a violência contra a mulher, nesta ultima década, apresentou um grande crescimento. Como a violência urbana, drogadição e muitos outros delitos, a violência contra a mulher passa a ser objeto de denúncia em delegacias, órgãos públicos, assistência social, entre outros.

Em 2006, com o surgimento da Lei Maria da Penha, a questão passa a ter mais visibilidade no Brasil, sendo abordada na televisão, nas manchetes de jornais, em seminários, simpósios, nos meios acadêmicos, com teses e dissertações sobre o tema. Assim, o movimento feminista entra em cena para coibir todas as formas de violência e discriminação contra mulheres e em busca de direito de igualdades.

Em plena ditadura militar, na década de 60, as mulheres reivindicavam liberdade, pois a maioria era totalmente dependente do marido. Mulher que se separava do marido era discriminada socialmente.

No movimento feminista, as mulheres buscavam, “requeriam o direito pleno à sexualidade, a orgasmos, às escolhas, aproximando-as das experiências em que passariam a ter em uma nova postura frente à sexualidade”[1].

Uma grande conquista das mulheres foi a “pílula anticoncepcional”, permitindo-lhes decidir quando ter ou não ter filhos.

Na década de 70, o movimento feminista se destaca em plena ditadura militar, que era contra qualquer tipo de manifestação, e a partir daí começa-se uma verdadeira luta contra todo tipo de violência: “estupros, maus-tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infindáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas”[2], lutas

[1] http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/828021 Involução das Conquistas no movimento feminista acesso em 07/05/09 as 8h:18 m

[2] http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006 acesso em 07/05/09 as 09h58min

essas em busca do reconhecimento dos direitos das mulheres. Assim, as feministas tentam dialogar com o Poder Legislativo, para implantação das políticas públicas.

Após tantas reivindicações e em homenagem às operárias que foram queimadas em 1957, as mulheres são reconhecidas, e, no dia 08 de março de 1977, a ONU institui o Dia Internacional da Mulher.

Naquele dia 08 de março de 1957, em Nova York, EUA, trabalhadoras de uma fábrica de tecidos faziam reivindicação por melhores salários, redução na jornada de trabalho, licença maternidade e melhores condições na vida como também no trabalho, quando os patrões, insatisfeitos com as reivindicações, atearam fogo no galpão onde elas trabalhavam, matando mais de 100 operárias.

Assim, após a criação do Dia Internacional da Mulher, o movimento feminista e as políticas públicas passam a ter visibilidade já na década de 80 e, atualmente, uma das lutas desse movimento é a busca pela cidadania através da democracia, procurando apoio nos diversos grupos sociais para fortalecimento da igualdade de gênero, tendo como meta a eliminação da discriminação em todos os seus níveis.

Desde essas épocas, o movimento feminista se mobilizou contra o machismo e contra todas as formas de preconceitos, violência entre outros. Portanto, buscam os direitos para exercer sua cidadania.

"Na década de oitenta, o movimento feminista apresentou projeto de lei de criação das Delegacias de Defesa da Mulher - DDMs, aos Poderes Legislativo e Executivo, com o objetivo de dar visibilidade aos crimes cometidos contra as mulheres, incentivar as mulheres a denunciarem seus agressores e facilitar a apuração dos crimes".[3]

Essas delegacias devem atender exclusivamente mulheres em situação de violência.

Surge assim, na década de 80, no governo de André Franco Montoro, a primeira delegacia de defesa da mulher.

---

[3] http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST62/Marilda_de_Oliveira_Lemos_62.pdf, acesso em 28/05/2009 as 15h:12m

O movimento feminista, desde a década de 60, vem em busca dos direitos das mulheres, através de reivindicações e no combate a todas as formas de violência de gênero.

> No Brasil, a partir dos anos 70, a atuação dos movimentos feministas também se voltou para a denúncia da violência de gênero e doméstica e para exigência de seu enfrentamento pelo Estado, diante da gravidade do problema, que persiste até os dias atuais, embora ainda se careça de dados nacionais sobre sua incidência (ROCHA, 2007, p. 13)

No século XX e XXI, as mulheres adquirem vários de seus direitos, reconhecidos como “direito humano”. Com a conferência da ONU, surgem albergues, casas de atendimento para mulheres em situação de violência.

Após a Lei Maria da Penha, o agressor pode ser preso em flagrante e punido com pena de até três anos de prisão e não mais apenas com pena alternativa. Este tipo de crime era considerado de menor potencial ofensivo e julgado nos juizados especiais criminais, junto com brigas de vizinhos, acidentes de trânsito, entre outros.

Um dos desafios de muitas mulheres e feministas é a criação de programas de “reeducação dos agressores”, já que, nos ternos do Art. 35, o juiz pode determinar que o agressor seja acompanhado em programas de recuperação.

Existem muitas criticas à mulher que não larga do companheiro que a agride e sempre ouvimos aquela frase “ela não se separa porque gosta de apanhar”, mas muitas mulheres não se separam de seus agressores por problemas financeiros ou até mesmo por vinculo afetivo, muitas acreditando que seu agressor irá melhorar. Neste sentido, é muito importante a criação desses espaços para que agressores possam se recuperar e tentar reconstruir sua família.

1.2 - CONHECENDO UM POUCO SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E TIPOS DE VIOLÊNCIA

Gênero é a divisão de sexo entre homens e mulheres, sem distinção de raça, classe social, etnia etc.

Antigamente se conceituava como sexo masculino e sexo feminino; após a década de 70, começa-se a usar o termo gênero para distinguir homens e mulheres.

"Gênero é um conceito das ciências sociais surgido nos anos 70, relativo à construção social dos sexos. Significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres" [4]

Segundo Saffioti (2007), Robert Stoller[5] foi o primeiro estudioso a conceituar a palavra gênero, em 1968, e só a partir da década de 70[6] começa-se a falar em gênero.

No dicionário The Concise Oxford Dictionary coloca-se "gênero como o sexo de uma pessoa" (...). (SAFFIOTI, 2007). A autora considera este termo como "categorias de sexo para se fazerem referências a homens e mulheres como grupos diferentes" (...) p. 110.

Assim, conceitua gênero como divisão de sexo entre homens e mulheres. Se gênero é a divisão de sexo entre homens e mulheres, a violência de gênero está ao nosso redor; por onde quer que o ser humano passe, visualiza a violência de gênero: nos jornais de televisão, manchetes, internet, nas apresentações de novelas, etc.

> Violência de gênero designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é social e o seu caráter é relacional (...). A violência de gênero só se sustenta em um quadro de desigualdades de gênero. Estas integram o conjunto das desigualdades sociais estruturais que se expressam no marco do processo de produção e reprodução das relações fundamentais – as de classes, étnico–raciais e de gênero. A estas relações podem-se agregar as geracionais, visto que não correspondem tão-somente à localização de indivíduos em determinados grupos etários, mas também à localização do sujeito na história, na ambiência cultural de um dado período, na partilha ou na recusa de seus

[4] http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v1n2/06.pdf acesso em 05/05/09 as 15h:49m
[5] Grande psicanalista norte-americano, precursor dos estudos sobre gênero sexual.
http://www.portaldetonando.com.br/forum/sexualidade-stoller-robert-j-t3012.html acesso em 05/05/09 as 16h:31m
[6] Com um artigo exposto por Gayle Rubin (antropóloga, escreveu grande numero de artigos muito influentes)
"Mulher frutificam estudos de gênero" Saffioti, (2007)

> valores dominantes, nas suas práticas de sociabilidade (...) (ALMEIDA, 2007 p.24 e 27).

Segundo Saffioti (2007), violência de gênero engloba tanto a violência de "homens contra mulheres, como mulheres contra homens, homens contra homens e mulheres contra mulheres".

Assim como violência de gênero, existem vários outros tipos de violência, tanto doméstica como violência urbana, aquela que acontece na rua, como é o caso da violência dos "grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro" SAFFIOTI (2004).

A violência contra criança e adolescente tem sido bastante freqüente não só no Brasil mas em vários outros países Os tipos de violência que criança e adolescente mais sofrem são: violência física, abuso sexual, abandono, negligência, entre outros. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, considera-se criança de 0 a 11 anos e 11 meses e adolescente de 12 a 17 anos e 11 meses.

A violência contra idoso acontece por não ter este força suficiente para se defender, sofrendo maus-tratos em sua própria família e, em muitos casos, nos asilos, onde são abandonados pelos filhos ou parentes. Conforme a "Política Nacional do Idoso", Lei n.8.842 de 4 de janeiro de 1994 , é considerada idosa a pessoa a partir de 60 anos de idade;

Estes últimos são conceituados como violência de gênero.

Conforme Saffioti (2007), de todas as vítimas de violência citadas, "as mulheres ainda têm uma vida mais reclusa, estando infinitamente mais expostas à violência doméstica", p. 85.

Segundo dados da pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão[7], de 2006 a 2009, aumentou de 51% para 55% os entrevistados que já viram ou conhecem mulheres que sofreram ou sofrem algum tipo de violência

Existem diversas formas de violência, como já mencionamos. Citaremos os cinco tipos de violência "doméstica e familiar contra a mulher", segundo a Lei Maria da Penha, nº. 11.340 de 2006 do capitulo II Art. 7°:

[7] http://www.patriciagalvao.org.br/ acesso em 30/07/09 as 22h:10m

VIOLÊNCIA FÍSICA.

Qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamento, crenças, mediante ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

VIOLENCIA SEXUAL

Qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que induza a comercializar ou utiliza, de qualquer modo, a sua sexualidade; que impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que force ao matrimonio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

Qualquer conduta que configure retenção, subtração parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

VIOLÊNCIA VERBAL

Entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injuria.

Violência é toda agressão física, verbal, psicológica e moral que qualquer individuo venha a sofrer em qualquer momento de sua existência.

“Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual e integridade moral” (SAFFIOTI, 2007, p.17).

Qualquer tipo de violência que o ser humano venha a sofrer pode ter conseqüências futuras, como depressão, adquirir um tipo de doença maligna (câncer) ou reproduzir a violência em outrem.

Para Saffioti (2007), Há uma grande “probabilidade de vir a vítima a cometer suicídio, a praticar atos violentos contra outrem”, denominando esta ocorrência de “reprodução da violência”. Assim como o marido bate na mulher, a mulher bate no filho, o filho bate nos irmãos e futuramente em esposas e em seus filhos.

É necessário, portanto, que a família em que ocorreu a violência passe por vários atendimentos psicológicos, principalmente o filho que de certa forma presencia a violência física ou psicológica que a mãe sofre do marido. Na maioria das vezes, os filhos que vivenciam a violência de seus pais são agressivos com mãe, irmãs, colegas de escola, entre outros, e cresce com essa agressividade, vindo a espancar suas esposas. Mesmo quando a mulher se separar do marido/agressor, este continuará agredindo outras mulheres. A Lei Maria da Penha dispõe que o Juiz pode determinar que o agressor tenha acompanhamento em programas de recuperação, mas esses programas são ainda muito escassos.

As pessoas, na sua maioria, vivenciam um tipo de violência e não têm consciência disso. É o caso de alguém quando é chamado de “burro”, “feio”; da namorada agredida pelo namorado e que acha ter sido só um empurrão; ou daquele ciumento, que proíbe a namorada ou esposa de se maquiar, determina qual tipo de roupa irá utilizar etc. Essas pessoas, as mais das vezes, não entendem que tais atos foram um tipo de violência . Vejamos como a autora coloca o que é violência:

> A violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é a violação da integridade física e psíquica da dignidade

> humana de alguém. Eis por que o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. (CHAUÍ, 1998, p. 337).

Segundo o Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, 2002 apud Almeida 2007), existe também a violência intrafamiliar, que acontece tanto dentro como fora de casa, desde que praticada por um membro da família, com parentesco consangüíneo ou não, por exemplo, o padrasto. Distingue este tipo de violência da violência doméstica porque esta “inclui outros membros do grupo sem função parental, que convivam no espaço doméstico”.

Podemos dizer, de maneira geral, que a violência se exerce na dominação de um ser por outro. Acontece com irmãos, pai e filho, tios com sobrinhos, avós com netos ou vice-versa, podendo ser tanto física como psicológica

A violência intrafamiliar acontece muito em relações conjugais, nas quais o marido, por ciúmes ou por qualquer outro motivo, acaba agredindo a esposa.

Define violência intrafamiliar, ainda o Ministério da Saúde, como “...toda ação ou omissão que prejudique o bem estar, integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito do pleno desenvolvimento de outro membro da família” .

A violência doméstica ocorre dentro do domicílio, podendo ser uma violência contra gênero, ou seja, homem, mulher, idoso e criança/adolescente, sem escolha de classes sociais e econômicas, sexo, religião, raça, etnia etc, há exemplos de empregada doméstica que mora na casa de patrões e sofre violência.

Segundo Saffioti (2007), violência doméstica também ocorre na família em domicílio separado, como por exemplo: um tio que comete algum tipo de violência contra o sobrinho ou o ex-marido contra a ex-esposa.

Quem mais sofre violência na sociedade é a mulher, devido ao preconceito, machismo e pela desigualdade que experimenta há séculos, principalmente em relação aos maridos ou companheiros, no que tange ao controle, ao poder ou patriarcado. Além do mais, como o homem é mais forte do que a mulher, parte também para a violência física.

Um outro tipo de violência que a mulher vem vivenciando há séculos é a discriminação de remuneração. Muitas mulheres, com o mesmo cargo que o de um

homem, têm remuneração inferior, e, se a mulher for negra, maior é a discriminação, recebendo menos ainda.

Como afirma Saffioti (1987), mulheres negras, no mercado de trabalho, ganham menos que os homens e menos que as mulheres brancas, passando por uma dupla discriminação, por ser mulher e negra, o que também caracteriza uma violência contra mulher.

"Uma vida sem violência é um direito das mulheres.
A violência contra as mulheres realimenta a violência geral na sociedade"

A violência contra a mulher é a exploração e dominação desta pelo homem. Pesquisa revela que as mulheres preocupam-se mais com a violência contra mulher do que com o contagio do vírus da Aids[8].

A mulher já sofre violência desde a infância, tanto na sociedade quanto na família, sentindo a supremacia da força física.

Pode-se dizer que na sociedade muita gente ainda acha que a melhor forma de resolver um conflito é usar de violência. Assim, muitos homens, por serem mais fortes fisicamente que as mulheres,acham que têm o direito de impor suas vontades ao sexo oposto. A violência é considerada:

> Qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano, ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado". (CADERNO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL CONTRA MULHER, 2007, p. 21)

Este tipo de violência é considerado como "problema de Saúde Pública pelos danos causados no desenvolvimento físico e psicossocial", e é, portanto, uma das questões sociais que preocupa não só o Estado brasileiro mas também vários países.

[8] Pesquisa do Ibope Instituto Patrícia Galvão
http://www.patriciagalvao.org.br/novo2/pesquisaibopemulhereaids.htm acesso em 24/05/09 às 21h: 20m

Iamamoto (2008), já identificava a questão social como expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária em busca de seus direitos. Enfim, os operários vendiam sua força braçal, com péssimas condições de trabalho e uma remuneração insuficiente para o sustento de seus familiares, que dependiam das políticas sociais, garantindo assim o Estado o controle. Os trabalhadores, porém, exigiam mais que “caridade e repressão”.

Permanece assim, ainda, na sociedade, a questão da violência contra a mulher, que precisa ser encarada como questão social séria a ser resolvida, assim como o são: violência de gênero, alcoolismo, violência urbana, prostituição, drogadição, etc.

A violência contra a mulher é repassada para alguns como “um fenômeno natural”, ou seja, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” e é também uma questão de “discriminação contra a mulher”.

Com isto, não só a mulher é afetada pela violência, mas também toda a família.

Observando um lar em que o marido é o único provedor da família, e por isso o chefe da casa, e daqueles que a habitam, mesmo a mulher tendo uma remuneração maior que a do marido, este será sempre o “senhor” provedor e chefe da família, porque isto já está entranhado na sociedade.

Este machismo é o poder do homem sobre a mulher e pode-se chamar de patriarcado, ou seja, aquele que vem do gênero masculino: pai, padrinho, irmão, o senhor absoluto, aquele que manda. E acaba mandando na mulher, mãe, filha, afilhada, irmã etc., estas conceituadas como gênero feminino.

O patriarcado é a dominação da mulher pelo homem, tanto economicamente como socialmente.

“Em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo” (SAFFIOTI, 1897, p. 47)

> Isto posto, pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista, mais do que isto, ele é “também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeito de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”.
> (SAFFIOTI, 1987, p 50).

O que a autora quer dizer é que o homem sempre se sentirá o senhor absoluto. Já na infância, o menino é presenteado com carrinhos, bolas, etc., enquanto a menina é presenteada com bonecas, fogãozinho, vassourinhas, ou seja, tudo que representa o interior de uma casa, e o homem o exterior, o lazer, a liberdade. O menino desde pequeno aprende que chorar é coisa de menina, de efeminado, de onde já vem o preconceito concebido pelos pais e de todos que estão em sua volta; do outro lado, a menina precisa ter uma postura delicada de mocinha, saber se comportar e se sentar direitinho, considerada também como sensível e frágil.

A autora coloca também que não só os homens estão imbuídos da ideologia machista do patriarcado, que considera o homem um ser superior, mas também a mulher acredita nessa falsa ideologia e educa seus filhos na mesma linha de pensamento, dizendo-lhes que homem não pode chorar, não pode brincar com meninas, e estas devem se comportar como mocinhas etc.

À medida que fomos nos aprofundando em nossas leituras sobre o tema da pesquisa, percebemos que essa violência só será minimizada através de políticas públicas para o exercício da cidadania da mulher.

Como destaca ROCHA (2007), para as mulheres atingirem este propósito, é necessário que “as políticas públicas incorporem como objetivo a equidade de gênero”, tornando-as, assim, ‘cidadãs ativas”.

O conceito de cidadania, como asseverava Barsted (2003)[9], está intimamente ligado, desde o século XVIII, às noções de liberdade e igualdade e à idéia de que o Estado deve se estruturar pela mobilização política dos cidadãos e ter como objetivo o bem comum. Três séculos se passaram e não só mulheres e feministas buscam seus direitos de igualdade, mas também várias outras categorias através de organizações como: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra–MST, Movimento dos Sem Universidade, negros, indígenas, etc.

O movimento feminista vem em busca desses direitos desde seu surgimento e reaparecimento na década de 60 e foi com o alicerce desse movimento feminista que

[9] Leila Linhares Barsted, Advogada, Diretora da CEPLA- RJ (Centro de Estudos de Pesquisa, Informações e Ação)

as mulheres adquiriram vários de seus direitos, como as delegacias especializadas, abrigos, defensorias, entre outros, que vamos destacar agora.

1.3 - SURGIMENTO DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS E ABRIGOS PARA MULHERES

Como já foi mencionado, em 1985 surge a primeira Delegacia Especializada de Atendimento para as Mulheres em São Paulo.

As delegacias especializadas atendem apenas mulheres. Para deixar a mulher vítima de violência mais à vontade, nesta instituição trabalham apenas mulheres, desde delegadas a investigadoras, escrivãs e carcereiras, para garantir às mulheres mais conforto e segurança, já que as delegacias tradicionais atendiam as mulheres com base no senso comum e, como afirma Saffioti (1987), o "tratamento que as mulheres recebem nas delegacias tradicionais é ainda pior, quando se trata de caso de estupro", p 80.

Atualmente, as delegacias tradicionais são orientadas para encaminhar as mulheres que as procuram às DDMs ou a órgãos de atendimento à mulher vítima de violência.

Nesta mesma década de 80, surge no país a primeira casa abrigo com atendimento integral para mulheres e seus filhos em situação de violência, Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica – COMVIDA.

> O abrigo para mulheres[10] tem como objetivo garantir a integridade física e psicológica de mulheres em risco de morte e de seus filhos menores de idade, proporcionando ambiente agradável com atividades propícias para que as mulheres exercitem a própria autonomia e recuperem a auto-estima, em caráter sigiloso de moradia, protegida e preservada com a não divulgação do endereço. As mulheres que se encontram em situação de risco de morte (aquelas que sofreram ameaças por seus parceiros); mulheres cuja estrutura familiar esteja comprometida; mulheres com estrutura física e psicológica abalada por violência cometida por determinado agressor são as beneficiárias diretas.

Segundo Rocha (2007), o surgimento dos abrigos teve a contribuição do movimento feminista, que desde a década de 70 lutava "pela emergência da criação dos abrigos para mulheres em situação de violência". Nessa época, havia abrigos

[10] http://wwauapebas.pa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=61 acesso em 21/07/09 as 21h:23m

mantidos por organizações e religiosos que acolhiam “crianças e mulheres pobres, idosas, viúvas e doentes”. Assim, os abrigos passaram a ter “recurso público posteriormente”.

De acordo com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o abrigo se caracteriza como “proteção social de alta complexidade”:

> São aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. (SUAS p.34, 2006).

Assim, as mulheres e seus filhos que estão em risco de morte são protegidos pelos abrigos, com alimentação e atendimento com equipe interdisciplinar até o tempo determinado pelo abrigo ou quando a mulher estiver fortalecida ou fora de risco.

Segundo Saffioti (2007), “há cerca de 80 abrigos para mulheres vítimas de violência em todo país...” p. 91; estas casas estão lotadas, sem vagas para atendimento.

Em nossa experiência na Casa Sofia[11], que atende mulheres em situação de violência doméstica, quando apareciam casos de risco de morte, havia grande dificuldade para abrigar aquela mulher com seus filhos, devido à falta de vagas, recorrendo-se muitas vezes à solicitação de vagas em albergues familiares até que se abrissem vagas naquele abrigo.

Essas mulheres chegam ao abrigo através de encaminhamentos feitos por um centro de referência da mulher, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, e delegacias, entre outros. Geralmente, a mulher vem pedir ajuda quando já passou por varias agressões e ameaças. A dependência financeira e emocional faz com que, na maioria das vezes, a mulher não peça ajuda, por medo ou vergonha, inclusive por prevalecer na sociedade a idéia de que em “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

Para entendermos a violência ocorrida contra a mulher, iremos falar das fases que perpassam esta violência, chamadas de “ciclo da violência”.

[11] Dados obtidos nos relatórios da Casa Sofia, no colhimento da mulher em situação de violência.

1.4 - CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

Nem sempre é necessário que haja todo o ciclo da violência para que a vida da mulher seja ceifada; muitas vezes, no primeiro ato de violência já ocorre o falecimento da vítima. No entanto as três fases geralmente acontecem no dia-a-dia da mulher agredida.

Segundo Rocha (2007), o ciclo da violência ocorre em três fases. [12]

A primeira fase é chamada “tensão do homem/ medo da mulher”, caracterizada por atritos, xingamentos, ofensas, insultos e ameaças, ocasionados, na maioria das vezes, por problemas relacionados com dependência química, alcoolismo, dificuldades financeiras ou qualquer incidente familiar, que passa a servir de pretexto para o marido hostilizar a mulher, sempre atribuindo a ela a culpa pelas desavenças. A mulher, com medo de agravar a situação, procura se ajustar às exigências do parceiro, fazendo-lhe as vontades.

A tensão pode ser em curto ou maior tempo, com maior ou menor intensidade, ou ocorrer até mesmo diariamente.

---

[12] Ilustração 1, modelo extraído do Trabalho de Conclusão de Curso. Silva, Medina e Silva. Na Perspectiva do Rompimento do Ciclo da Violência de Gênero. 2009. Faculdade de Serviço social, Universidade Santo Amaro S P 2009. p. 34.

Na segunda fase, o homem passa das agressões verbais às físicas (tapas, pontapés, socos), acentuando-se cada vez mais sua agressividade, que põe em risco a integridade física e a própria vida da mulher, pois o agressor, em momento de descontrole emocional, pode chegar até ao assassinato.

Nesta fase o agressor também culpa a mulher pelo ocorrido e procura impor sua vontade pela violência.Ela não reage, com medo de enfurecer mais o agressor, não pede ajuda a ninguém e acaba sofrendo em silencio. A agressão se repete dia a dia.

Na terceira fase, o agressor passa a minimizar a gravidade de seu comportamento, lançando mão de vários fatores externos para se justificar, e procura transferir a responsabilidade pela situação de violência que vivem para a companheira, acusando- a, inclusive, de dramatizar os fatos. A mulher se convence de ser culpada e procura mudar seu comportamento, cada vez mais se responsabilizando pela violência e se sentindo incompetente como mulher, mãe, esposa.

Nesta fase é denominada, “perdão do homem/esperança da mulher”, ou “lua- de-mel”, cessa a violência e se inicia uma reconciliação, o agressor pede perdão para a mulher dizendo que não vai acontecer mais, que está arrependido, fica mais carinhoso, dá presentes. A mulher acaba acreditando que o marido a ama e que vai mudar seu comportamento violento para com ela e acaba decidindo perdoá-lo.

Esta fase perdura por dez a quinze dias, voltando a ocorrer um novo ciclo de violência, com maior ou menor gravidade, até que a vítima perde a vida, ou, não suportando mais tanta violência, pede ajuda para conhecidos ou denuncia o agressor.

Assim como a autora coloca, geralmente o marido espanca a mulher por vários motivos: falta de emprego, moradia, alimentação, stress, qualquer forma de dependência química.

Pode-se destacar que nem sempre o agressor é o marido, acontece também violência contra a mulher com irmãos, tios, vizinhos, parentes próximos e até desconhecidos.

1.5 - VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES QUE CHOCARAM O BRASIL

Notamos que nas fases da violência, a mulher sempre se sente submissa ao homem e sempre se culpa pelo ocorrido e o homem sempre fica no controle sobre a mulher e sempre a culpa. Na maioria das vezes, o agressor acaba com a vida da mulher e, mesmo assim, quando é pego , diz estar arrependido do ocorrido ou diz que fez aquilo porque estava “fora de si”, ou seja, drogado ou alcoolizado.

O caso mais recente de violência que acabou em morte e chocou o Brasil, em outubro de 2008, foi o de Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, que ficou por quatro dias em cárcere privado, retida pelo seu ex-namorado Lindemberg Alves, de 22 anos. Este, não conformado com a separação e enciumado, acabou tirando a vida da adolescente com um tiro na cabeça e outro no abdome.

Saffioti (2007), destaca que constantemente as mulheres são assassinadas e humilhadas pelo companheiro ou ex-companheiro, principalmente quando a mulher rompe com a relação:

Há casos em que a violência não vem do marido ou da própria família, mas de inveja, brigas banais, entre outros. Recordamos também a morte de Daniela Peres, uma violência que igualmente chocou o Brasil.

A atriz Daniela Peres foi assassinada pelo ator Guilherme de Pádua e sua esposa, Paula Thomas, no dia 28 de dezembro de 1992, com dezoito golpes de tesoura. Os comentários que surgiram foi de que Guilherme estava confundindo a ficção com a novela que fazia na época.

Nada justifica tanta crueldade como a destes dois exemplos de assassinatos. Muitas mulheres são assassinadas no Brasil, e na maioria das vezes pelo companheiro ou ex-companheiro, passando ou não pelo ciclo da violência, e a mulher só pede ajuda quando percebe que seu agressor chegou no limite, ou seja, a violência física que pode chegar até a morte ou espancamento constante.

Uma das alternativas para que a violência contra as mulheres seja minimizada é a implantação e execução das políticas públicas, para o exercício da prática da cidadania da mulher vítima de violência.

1.6 - CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DIREITO DE TODOS

Direito à cidadania

A falta de cidadania faz com que as classes sociais se rebelem para a efetivação e criação de direitos sociais.

Nestes casos, podemos afirmar que as manifestações de diversos grupos, como o movimento feminista e movimento negro, entre outros, reivindicam direitos que lhes estão sendo negados

Iamamoto (2008), já conceituava a cidadania como a busca, desde o proletariado, da “igualdade que lhe acompanha, de igual participação de todos os indivíduos na sociedade”, p. 91.

Atualmente, as mulheres são vistas como uma classe social oprimida, lutando pelos seus direitos, numa luta contra a desigualdade de gênero. Marx e Engels (2005) já discutiam as classes sociais como desiguais, ou seja, a exploração do proletariado pela burguesia.

É o que o movimento feminista vem fazendo desde o seu surgimento, e, mesmo com a repressão policial, até os dias atuais, em busca de igualdade de gênero, ou seja, “igualdade entre homens e mulheres”.

Mesmo com os direitos conquistados, as mulheres “ainda não gozam de plena igualdade” e sofrem com a discriminação social; é o caso da mulher que tem a mesma função que o homem, com uma remuneração inferior à dele, por ser considerada menos capaz.

Almeida (2007), coloca que a falta de direito de igualdade de gênero é uma “violação dos Direitos Humanos” com isso á uma “necessidade de formulação de políticas de promoção de igualdade de gênero”.

A violência de gênero só será minimizada através das políticas públicas, para “coibir este tipo de violência”, p, 119.

Políticas públicas são entendidas como garantia de direitos para todos: educação, moradia, saúde, lazer, meio ambiente, transporte com qualidade, etc. Estas são políticas públicas universais.

A violência contra a mulher é considerada como “violação dos direitos humanos”, pois todo ser humano deve estar livre de qualquer tipo de “tratamento desumano”.

Na Constituição de 88, o artigo 5º, que trata dos direitos e deveres do cidadão, dispõe que:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (....).”

A Constituição diz que todos somos iguais. A mulher, no entanto, há muitos anos vem sofrendo discriminação, sendo assassinadas cruelmente por companheiros ou ex-companheiros. Devido a tantos maus-tratos e discriminação, surge a Lei Maria da Penha, uma outra vitória das feministas brasileiras, que vinham em busca de uma punição de toda forma de violência contra a mulher. Agora, o agressor deixa de pagar, em determinados casos, cesta básica e passa a ser punido com 3 meses a 3 anos de detenção.

1.7 - LEI 11.340/06 MARIA DA PENHA

A Lei Maria da Penha foi sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 07 de agosto de 2006, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, *verbis:*

“Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e

facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.”

Uma lei criada em homenagem à luta de uma mulher, biofarmacêutica, que, durante anos, sofreu violência doméstica praticada pelo seu marido, tendo sido vítima até de tentativas de homicídio por parte dele.

Em maio de 1983, o ex-marido de Maria da Penha, Antonio Heredia Viveros, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, atirou contra ela, acertando-lhe as costas. Penha ficou internada durante uma semana e o agressor apresentou à polícia uma versão de assalto para tentar sair ileso do crime. Ela voltou para casa paraplégica e, na segunda vez, tentou eletrocutá-la no chuveiro.

Levou dezenove anos para que o agressor fosse julgado e condenado a apenas dois anos em regime fechado e hoje está em liberdade.

Maria da Penha não foi morta pelo seu marido, mas muitas mulheres não tiveram esta mesma sorte.

Para modificar este quadro é preciso que a mulher adquira seu espaço, pois ainda existem homens machistas no País. Quantas vezes já os ouvimos dizer que “mulher não sabe dirigir”, que “lugar de mulher é no fogão”, ou seja, o patriarcado machista ainda existe em muitas famílias e na sociedade.

A fim de reverter esta situação da mulher, o movimento feminista, instituição/ONGs discutem e planejam formas de a mulher garantir seus direitos e coibir todo tipo de violência contra a mulher. Nesta próximo item vamos discorrer sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2005 e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2007.

Ilustração 1- equipe CAMP coordenadora e educadores Com Maria da Penha

1.8 - PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES I E II

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM foi resultado da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres –CNPM, realizada em julho de 2004 em Brasília, ambos os eventos convocados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A I Conferência teve como objetivo "propor políticas e diretrizes para a construção de um plano de igualdade" de gênero (I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004.p. 17).

O PNPM foi realizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher –CNDM, lançado em 8 de dezembro de 2004 com proposta de execução até 2007.

O PNPM foi aprovado pelo Presidente da República, com o Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005.

Para realização do Plano, estabeleceram-se parcerias, "SPM com o Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), de governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil".

O I Plano teve como objetivo “a efetivação dos direitos das mulheres”, divididas suas ações em cinco áreas de atuações: *autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres e Gestão e Monitoramento do Plano*[13], que foram debatidas em grupos na primeira conferência já mencionada. Antes da Conferência Nacional, houve as conferências municipais e estaduais, onde foram destacadas delegadas para apresentar as propostas à Conferência Nacional.

Merece menção que, para realização do Plano, o governo federal o incluiu no orçamento do Plano Plurianual –PPA 2004 a 2007.

O PPA tem como objetivo: “construção de um Brasil melhor” e diminuir a vulnerabilidade social.

Cabe destacar aqui quais propostas o PNPM coloca acerca da violência contra a mulher, considerando-se seu objetivo de enfrentamento dessa violência, conforme consta abaixo.

> O atendimento integral e humanizado às mulheres em situação de violência, ao lado do combate e de sua prevenção no país é um compromisso do atual governo, traduzido em quatro objetivos, seis prioridades e 31 ações do PNPM, voltados para a ampliação e o aperfeiçoamento da rede de atendimento (...) RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO, 2005, p. 69

Segundo dados do RELATORIO DE IMPLEMENTAÇÃO, 2005, há órgãos internacionais engajados no combate à violência contra a mulher, (...) “destaca-se a colaboração e parceria com o Unifem, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a OIT, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico (DFID)”, p. 70.

Citaremos aqui as prioridades do I Plano 2005, para enfrentamento da violência contra as mulheres:

- Ampliar e aperfeiçoar a Rede de Prevenção e Atendimento às mulheres em situação de violência;

[13] http://200.130.7.5/spmu/docs/pnpm_relatorio.pdf acesso em 20/10/09 às 17h: 34m

- Revisar e implementar a legislação nacional e garantir a aplicação dos tratados internacionais ratificados visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Promover ações preventivas em relação à violência doméstica e sexual;
- Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência doméstica e sexual;
- Produzir e sistematizar dados e informações sobre a violência contra as mulheres;
- Capacitar os profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação e assistência psicossocial na temática da violência de gênero;
- Ampliar o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita[14].

Em 2003, o atual presidente passou a se preocupar com as questões das mulheres rurais, mulheres profissionais do sexo, mulheres negras, mulheres lésbicas, enfim, com as mulheres vítimas de violência, não somente a doméstica, mas a violência em geral. O PNPM vem sendo impulsionado pelas mulheres, em sua maioria, mas contando com a colaboração e o apoio de significativa parcela dos homens no combate a todo tipo de violência e discriminação contra mulheres, não podendo nos esquecer que quem está à frente do desenvolvimento de um plano de igualdade de gênero é um homem: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De 2003 á 2005 foram criados reparados ou ampliados estabelecimentos para prevenir ou combater a violência contra mulher, tais como [15]:

- Defensorias Públicas de Atendimento à Mulher;
- Centros de Referência ou de Atendimento;
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs);
- Casas Abrigo;
- Serviços de Saúde;
- Ouvidoria.

[14] http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf acesso em 20/10/09 às 18h: 06m
[15] http://200.130.7.5/spmu/docs/pnpm_relatorio.pdf acesso em 20/10/09 às 15h: 17m

Estas e outras prioridades foram alcançadas: profissionais foram capacitados, serviços de atendimento à mulher vítima de violência reaparelhados, reformados e ampliados, criaram-se novos serviços especializados para atendimento à mulher em situação de violência, inclusive serviços de atendimento 180, sendo revisada a legislação sobre violência doméstica, entre outras medidas.

Para que as ações do PNPM fossem colocadas em prática, foi criada uma gestão de monitoramento com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ministérios, parceiros e vários órgãos do governo, de 2005 á 2006.

Para dar continuidade a essas ações, foi realizada em Brasília, em agosto de 2007, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – CNPM, a fim de avaliar a implantação do I PNPM, colocado como objetivo da II Conferência:

> Nesta II CNPM devemos nos preparar para de maneira transparente e produtiva avaliarmos a implementação dos resultados da I CNPM, ao mesmo tempo em que pactuamos uma agenda de futuro que inclua os aspectos instrumentais necessários ao avanço e consolidação das políticas já em curso, além de temas e questões que emergem da sociedade brasileira e que nós mulheres não podemos deixar de incidir sobre eles (II CNPM, 2007 p. 7)**.**

Na II Conferência, foi decidido o dia da realização do II Plano Nacional de Política para as Mulheres para apresentação de novas propostas.

O II PNPM foi realizado em 2007e lançado em março de 2008[16]

> O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (II PNPM) é resultado da mobilização de quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo o País, das Conferências Municipais e Estaduais, e elegeram 2.700 delegadas à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), realizada em agosto de 2007. O II PNPM expressa a vontade política do Governo Federal em reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres em nosso País. (II PNPM 2008, p, 7)

No I Plano foram colocadas 5 áreas , como já mencionado, e no II Plano foram acrescentadas mais 6 áreas, totalizando 11 áreas de atuações para realização de 2008 a 2011: *Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as*

[16] http://200.130.7.5/spmu/docs/Livreto_Mulher.pdf acesso em 23/08/09 as 15h:21m

comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias; Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas[17].

Assim como no I Plano, colocaremos aqui as principais prioridades do II Plano referente ao combate à violência contra as mulheres:

- Ampliar e aperfeiçoar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais;
- Promover ações de prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços público e privado;
- Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico;
- Garantir o enfrentamento da violência contra as mulheres, jovens e meninas vítimas do tráfico e da exploração sexual e que exercem a atividade da prostituição;
- Promover os direitos humanos das mulheres encarceradas[18].

Conforme fomos aprofundando nossas leituras sobre o I e II Planos, observamos que no I Plano as ações foram alcançadas; já no II Plano as ações foram iniciadas em 2008, com o termino previsto em 2011.

O que se constata é que o plano é uma ótima política pública para igualdade de gênero e no enfrentamento da violência contra mulheres, mas no que se refere a habitação e geração de renda ainda deixa a desejar para estas mulheres, principalmente as que estão em processo de pós-abrigamento, para que consigam emancipar-se e viver na sociedade , já que as mulheres abrigadas têm um tempo de permanência no abrigo predeterminado pela equipe de trabalho.

Vejamos o que Figueiredo diz sobre emancipação humana:

[17] II PNPM, CNDM e SPM, 2008, p. 18
[18] Idem p. 104

> (...) tem a ver com a liberdade em nível da supressão dos obstáculos à emancipação humana, ou seja, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma nova forma de associação digna da condição humana. Dentro da comunidade terá cada indivíduo os meios de cultivar seus dotes e possibilidades em todos os sentidos. (SILVA,a ; MEDINA e SILVA, b, 2009, p43, apud FIGUEIREDO,2005).

Assim, conforme Figueiredo, a emancipação é uma liberdade, que estas mulheres que passaram por um abrigamento necessitam e para isso é muito importante que estejam preparadas para enfrentar a sociedade com dignidade, com emprego, moradia, alimentação, entre outros.

As mulheres que passaram por violência doméstica, infligida pelo seu companheiro, acabam vivendo em co-dependência, por não terem emprego ou um meio de subsistência, uma renda fixa. Aí entrariam as políticas públicas de geração de renda, habitação, qualificação, aluguel social (...) para que estas mulheres adquirissem sua autonomia.

2. II capitulo

2.1- HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO SOCIEDADE SANTOS MÁRTIRES - SSM

Em 1987, surge a paróquia Santos Mártires, no bairro Jardim Ângela, assim denominada em homenagem a todos os mártires que deram a vida por justiça social e humana, como: “Santo Dias, Margarida Alves, Dom Oscar Romero”...

A Sociedade Santos Mártires – SSM foi fundada em 1988 pelo padre **Jaime Crowe**[19], presidente da ONG, juntamente com as mães trabalhadoras e moradoras da região. Essas mães necessitavam de creches para deixarem seus filhos e, como ganhavam pouco mais que um salário mínimo, organizaram-se na comunidade/igreja, acolhendo as crianças das mulheres que trabalhavam. Sem a ajuda do Estado, passaram a receber doações até mesmo das próprias que utilizavam o serviço. Surge assim, em 1988, o primeiro projeto da SSM, Centro de Educação Infantil – CEI.

A SSM é uma associação civil sem fins lucrativos, certificada como de utilidade pública municipal, estadual e federal, localizada na região sul de São Paulo, no Distrito do Jardim Ângela, tendo como principal objetivo a promoção da dignidade humana, “promovendo o bem de todos sem preconceito de origem, raça, idade, cor ou de qualquer outra forma”.

Sua missão é: “Ser uma chama de esperança na região do Jardim Ângela, através de ações que valorizam a vida de crianças, jovens e adultos, estimulando-os à prática da cidadania”.

2.2 - Serviços da entidade

Atualmente, a Santos Mártires está com vinte e quatro serviços prestados à Comunidade:

[19] Natural da Irlanda, chega ao Brasil em 1969, após ordenamento como padre na Congregação São Patrício, onde congregou na Paróquia Jd São Emilio- Embu das Artes, vindo depois para oJjd Ângela, onde permanece até hoje.

Quadro-1 serviços da SSM

SERVIÇO	SIGLA	ATENDIMENTO (mês)	Voluntários	FAIXA ETÁRIA
Centro Educação Infantil	CEI Fugihara	164		0 a 4 anos
Centro de Educação Infantil	CEI SANT'ANA	62	01	2 a 4 anos
Centro de Educação Infantil	CEI Santo Dias	63	01	2 a 4 anos
Centro de Educação Infantil	CEI Luar do Sertão	126		0 a 4 anos
Centro para Criança e Adolescente	CCA Alto do Riviera	60	01	6 a 12 anos
Centro para Criança e Adolescente	CCA São Jose	72	03	6 a 12 anos
Centro para Criança e Adolescente	CCA Sr de Fátima	60	04	6 a 12 anos
Centro para Criança Adolescente e jovens	CCAJ Riviera	260	30	6 a 18 anos
Centro Jovem	CJ Raniere	60		
Centro Jovem	CJ Kagohara	90	04	
Núcleo de Proteção Psicossocial Especial – Redescobrindo o Adolescente na Comunidade	NPPE RAC	110		14 a 18 anos
Centro Utilitário de Apoio aos Filhos de Dependentes Químicos.	CUIDA	130	03	0 a 18 anos
Centro de Defesa da Criança e do Adolescente	CEDECA	390	01	0 A 18 anos
Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher	CASA SOFIA	250		Mulheres Vitimas da Violência Doméstica
Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas	CAPSad	350		Dependentes Quimicos
Moradia Assistida		15		Depen. Quimicos
Informática Sede		50	01	
Casa Abrigo	Casa Abrigo Raio do Sol	22	01	0 a 18 anos
Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos	MOVA	330		acima de 16 anos
Bibliotecas		250	10	acima de 07 anos
Programa de Atenção Integral à Família	PAIF – Ação Família			Famílias
Casa Abrigo Maria da Penha	CAMP	20		Famílias
Mutimistura		635		Famílias
Ninho de Esperança		50		pessoa com necessidade especial
Ângela de Cara limpa		58	01	Geração de renda – reciclagem
Administração			02	
Total		5.577	62	

Uma grande valorização que a instituição tem são os 62 voluntários, com a probabilidade de uma efetivação na própria instituição.

2.3 - EVENTOS DA INSTITUIÇÃO

A SSM busca a valorização da vida, participando ativamente dos fóruns e movimentos: Fórum em Defesa da Vida, Fórum Regional de Assistência Social de MB/ CL, Fórum da Educação, Fórum da Criança e do Adolescente, Rede Nossas Crianças, Fórum da Inclusão, Fórum de Mulheres, Fórum do Álcool e Drogas, Movimentos de Moradia, Fórum MOVA, Movimento Nossa São Paulo outra Cidade, São Paulo Sustentável e outros.

Um dos movimentos mais importantes, desenvolvido pelo padre Jaime, é a Caminhada Pela Vida e pela Paz, que acontece todo dia 2 de novembro em um ato ecumênico em direção do cemitério da região do Jardim São Luiz.

Ilustração 2- Caminhada Pela Vida e Pela Paz :cemitério São Luiz.

O “Incansável” Pe. Jaime discursa durante a Caminhada pela Vida

Outro movimento importante é o Fórum Social Sul – FSS que acontece a cada dois anos, trazendo os problemas da região sul para debates em seminários, palestras

e oficinas. Tem como tema: *"Uma outra periferia é possível, necessária e urgente".* O IV FSS foi apresentado, de maneira descentralizada, nos dias 02 a 30 de outubro de 2009. Foram abordados os seguintes assuntos:

09/10 – Cultura e Educação;
16/10 – Meio Ambiente, Moradia e Mananciais;
23/10 – Saúde e Qualidade de Vida;
29/10 – Cultura de Paz e Segurança Pública

Ilustração: 3- IV Fórum Social Sul 2009

2.4 - PARCEIROS

Prefeitura do Município de SP
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Participação e Parceria
Escola Paulista de Medicina - UNIFESP
Fundação CASA
Fundação Telefônica
Hospital Nossa Senhora do Caminho
Rede Compre Bem de Supermercado
Drogaria Yá Marcos
Base Comunitária da Polícia Militar Jardim Ângela e Jardim Ranieri
Instituto Camargo Corrêa
Fundação Abrinq
Shop Tour
Instituto GESC – Gestão para Entidades da Sociedade Civil

2.5 - HISTÓRICO DA CASA ABRIGO MARIA DA PENHA – CAMP

O abrigo surge para atender à realidade que a Sociedade Santos Mártires – SSM tem, no decorrer da história, de atender às necessidades da comunidade. A abertura de mais um de seus projetos - Casa Abrigo Maria da Penha, em 2007 - nasceu da necessidade de acolher mulheres vitimas de violência doméstica, em risco iminente de morte, e seus filhos menores, que não dispunham de qualquer outra possibilidade de acolhimento seguro.

Esta resposta veio da demanda apresentada pelo Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia[20], que iniciou um processo de implantação deste Serviço junto à Secretaria Municipal e Desenvolvimento Social–SMADS/Secretaria de Assistência Social–SAS, por meio da avaliação da proposta apresentada pela ONG em Audiência Pública , realizada no dia 22 de Julho de 2007, contando com mais três organizações proponentes.

Analisando as solicitações de atendimento, a equipe da Casa Abrigo constatou que, para preservar a integridade física das usuárias, não deve atender à demanda da própria comunidade, já que essas mulheres estão em situação de risco no local de seu domicílio. Por esta razão o abrigo atenderá somente mulheres de outras regiões.

Para o atendimento de mulheres da região, a Casa conta com a parceria de outros abrigos situados em outras regiões da cidade de São Paulo. Todavia, devido à falta de vagas nos demais abrigos da cidade de São Paulo, algumas mulheres acompanhadas de seus filhos são acolhidas nesta instituição enquanto aguardam a vaga em outra. Em média, são oito pessoas ao mês, as quais são consideradas como de passagem, que ficam de um dia a uma semana. Em geral, o tempo determinado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, para as abrigadas permanentes é de seis meses e, em casos especiais, quando há necessidade desse prazo ser prolongado, chegou até um ano, após avaliação da equipe de profissionais interdisciplinar da Casa Abrigo. Citamos os seguintes exemplos: gestantes, mulheres com algum tipo de patologia (retiradas de miomas, etc.).

O número de vagas permitido pelo abrigo é de 20 pessoas: mulher de 17 anos e onze meses, acompanhadas ou não de seus filhos de 0 a 17anos e 11 meses. Uma vez preenchidas as vagas, respondendo à necessidade de procura, o atendimento chega até 25 pessoas. Esse atendimento funciona 24 horas por dia.

Público alvo: mulheres vítimas de violência doméstica, abuso e exploração, em risco iminente de morte, e seus filhos de 0 a 17 anos, que não dispõem de qualquer outra possibilidade de acolhimento seguro. O número de vagas permitido pelo abrigo são 20 pessoas entre mulheres e crianças. Preenchidas as vagas, respondendo-se à

[20] Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher

necessidade de procura, o atendimento chega até 25 pessoas. Esse atendimento funciona 24 horas por dia.

Quadro - 2 atendimentos em 27 meses relativos aos anos 2007-2009[21]

Ano	mulheres	crianças/adolescentes	Total
2007	13	27	40
2008	17	40	57
2009	22	44	66
Total	52	111	163

O Abrigo Maria da penha – CAMP iniciou seu atendimento com sete funcionárias, sendo: uma gerente, uma assistente Social, três educadoras, duas agentes operacionais/vigias e uma cozinheira, num total de oito funcionárias. Em 2008, foi constatada pela equipe a necessidade de sua ampliação, com a contratação de mais uma profissional noturna e em janeiro 2009 foi efetivada a proposta. A equipe é composta somente por mulheres.

2.6 - DINÂMICA DA CASA

Assim como em todas as casas abrigos, esta possui uma dinâmica interna para a harmonização de todos. Esta dinâmica envolve o desenvolvimento de atividades que propiciam a interação de todos , para a compreensão dos seguintes temas:

Noções de cidadania, oficinas temáticas (boa relação com o outro, direitos e deveres): Arte/pintura, em quadros, cerâmicas, vidros, garrafas pets; Sexualidade: prevenções de DST, métodos anticonceptivos; Desenvolvimento de Projeto para Geração de Renda: parcerias com o Boticário para a montagem de suas sacolas; confecções de bijuterias; Orientação e acompanhamento das usuárias e filhos na organização da casa; Orientação de higiene pessoal e local; Saúde da Mente – PRO-

[21] Julho 2007 á outubro de 2009.

VI-SOL - Projeto de Vida Solidária [22]; e Acompanhamento e/ou orientação social, com a assistente social.

Ilustração 4- geração de renda com as mulheres

Além dessas atividades internas, as usuárias e seus filhos também participam de atividades externas para interagir com a sociedade, em:

Escolas: CEI, EMEI, EMEF;

Programas sociais (outras ONGs, ex: Casa de Cultura para Cursos, Centro para Crianças e Adolescentes - CCA);

Esporte/lazer: parques, shoppings, museus, exposições, etc.

O Abrigo tem todo um trabalho com redes sociais locais para atendimento psicológico, jurídico e na área da saúde. Como a Casa Abrigo Maria da Penha - CAMP não possui nenhum veículo de transporte, as usuárias recebem passes ou bilhetes de ônibus para todas as atividades externas.

Devido à ONG não ter um imóvel adequado e adaptado para receber mulheres e filhos, a casa é locada e custeada pela SMADS.

Este imóvel possui três quartos, uma sala, dois banheiros, sendo estes dos usuários e mais dois de uso exclusivo dos funcionários, uma lavanderia, uma copa, dois

[22] Projeto vindo de volta redonda RJ aplicado semanalmente durante 3 meses com suporte de apoio de 12 apostilas. Este curso é para levantar a auto-estima da pessoa

escritórios, uma cozinha, uma despensa, um refeitório e uma garagem com vagas para quatro carros. Este imóvel possui ainda jardins, e um quintal, mais um cômodo externo.

Em reunião de equipe, ficou decidido que os quartos teriam o nome de flores: tulipa, orquídea e petúnia. Estes nomes foram dados aos quartos para que os mesmos não ficassem com o nome da usuária que ocupou o quarto após o seu desabrigamento, exemplo: quarto da Benedita, quarto da Maria[23] etc.

O imóvel foi adaptado para se tornar um abrigo, pois não havia escritório, a cozinha era muito pequena, não havia refeitório. Esta reforma foi feita mesmo com as mulheres e crianças abrigadas.

Havia uma grande dificuldade na aplicação de atividades, como também para servir a refeição das usuárias. Estas refeições eram servidas no quintal e, quando era a época de chuva, na cozinha, onde cabiam mais ou menos oito pessoas. Hoje, o novo refeitório tem capacidade para trinta pessoas.

A Casa possui um único espaço, que serve como brinquedoteca, biblioteca, sala de TV, sala de reuniões, sala de atividades pedagógicas, etc.. Há uma proposta para a construção de novas salas.

Para desenvolver todas estas atividades, a equipe utiliza como meio instrumental reuniões semanais, para discussão de casos, planejamentos semanais, e a partir das quais se elaboram todas as regras internas, exemplo: regimento interno [24].

Da mesma forma, acontecem as reuniões semanais com as usuárias, em grupo, onde aparecem as situações pertinentes a se abrir o diálogo para a resolução dos conflitos entre elas. Se mesmo assim ainda persiste algum desentendimento, o atendimento Social individual contribui para que cada uma se perceba na sua dinâmica cotidiana e desenvolva ações compatíveis ao seu crescimento, dos filhos e do grupo. O atendimento individual contribui para o fortalecimento do grupo, bem como para um contato com o conteúdo da sua história de vida, para assim poder viabilizar o encaminhamento de que necessitam.

As formações da equipe se dão de maneira a envolver alguns atores parceiros que colaboram tanto em ministrar o conteúdo que a equipe propõe dentro da sua

[23] Nomes fictícios.
[24] Acordos firmados com as usuárias, cujo descumprimento acarreta advertências ou desligamento da casa.

necessidade, tais como abstinência sexual ou drogadição, agressividade de usuária, limites, homossexualidade etc", quanto em assumirem a casa enquanto a equipe se encontra em formação.

Ilustração 5- atividades pedagógicas com as crianças

2.7 - METODOLOGIA DO ABRIGO – O Plano de Trabalho estabelece metas a curto e médio prazos, por meio de projetos temáticos, desenvolvidos pelos educadores, dentro do prazo de permanência determinado pela SMADS (seis meses) e/ou conforme a necessidade da pessoa como já mencionado

2.8 - PERFIL DAS ABRIGADAS

Para chegar até o Abrigo, as mulheres passam por um Centro de Referencia da Mulher, por ex: Casa Sofia , Casa Beth Lobo e Eliane de Gramommt. Estas casas fazem a triagem, para identificar se é caso de risco ou não; se sim, é explicado para a mulher o que é um abrigo, sigilo e tempo de permanência, é perguntado se a mesma quer ir para o abrigo. Se a mulher aceita, imediatamente são feitos contatos com abrigos para uma negociação de vagas e, após a negociação, a mulher é encaminhada a uma Delegacia de Defesa da Mulher – DDM, onde é feito o Boletim de Ocorrência – B.O ,e, posteriormente, a própria DDM encaminha a vitima para o Instituto Medico Legal – IML para exame de corpo de delito.

Ao chegar no abrigo, a mulher e seus filhos são recebidos pelas funcionárias da casa e é feita uma nova entrevista com a assistente social para ter mais detalhes sobre as agressões e o risco de morte. Na entrevista também é explicado detalhadamente o funcionamento da casa, suas normas internas, condições de abrigamento e a mulher recebe uma cópia do regulamento interno da casa, o termo de abrigamento, o termo de sigilo e assina concordando com que esta disposto nesses documentos.

A partir daí são feitos os encaminhamentos necessários: atendimento médico nos serviços públicos da região, creche, escolas e projetos sociais.

No caso em que a mulher chega sem filhos e demonstra desejo de trazê-los para o abrigo, a Vara da Infância e Conselhos Tutelares são acionados.

O endereço que as usuárias utilizarão é o da Sociedade Santos Mártires para não comprometer a segurança do abrigo, usuárias e funcionárias.

Durante nosso contato com a Casa Abrigo, pudemos constatar que a maioria das abrigadas são pessoas de 17 a 50 anos, baixa renda (de zero a três salários mínimos), baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto – EFI), sem qualificação profissional, com até 8 filhos menores de 18 anos. A minoria dessas abrigadas tem formação acadêmica, mostrando que a violência contra a mulher perpassa qualquer classe social, etnia, religião ou opção sexual.

No que tange à cor/etnia das usuárias – utilizando nossos critérios de avaliação, entendemos que em larga medida são mulheres negras (pretas/pardas), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. No entanto, ao responder a ficha de anamnese[25], relativamente ao item cor, elas se autoclassificam como pardas, ou seja, não negras.

O papel desenvolvido pelo serviço social dentro do abrigo visa a atender a mulher na garantia de seus direitos sociais, tais como: saúde, educação para os filhos, cidadania, profissionalização, estudo de caso, encaminhamentos para redes de atendimentos, entre, outros. Segundo Iamamoto (2008), “as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho”.

[25] dados pessoais da usuária.

Alem de atender nas garantias de direitos, o assistente desenvolve juntamente com toda equipe de profissionais, atividades para o fortalecimento das usuárias, como direitos e deveres, capacitação profissional, trabalho individual e em grupos.

Destaca Iamamoto (2008) que o assistente social tem um trabalho coletivo com sua equipe de trabalhos desde a garantia de direitos da mulher até o alcance de sua autonomia.

3. DESCRIÇÃO DO TERRITORIO – JARDIM ÂNGELA

Ilustração 6 - mapa distrito Jd. Ângela

Quadro- 3. Descrição da Zona Sul

Zona Sul
Subprefeitura: M´Boi Mirim
População total: 284.643 habitantes
População de 0 a 9 anos: 57.379 habitantes
População de 10 a 14 anos: 26.477 habitantes
População de 15 a 19 anos: 23.605 habitantes
População de 20 a 29 anos: 47.824 habitantes
População de 30 a 59 anos: 113.227 habitantes
População com 60 anos ou mais: 16.131 habitantes
Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)/SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) – 2008

Após uma breve leitura a respeito do distrito Jardim Ângela, foi constatado que ele possui 300 mil habitantes, sendo vizinho do Capão Redondo, na zona Sul de São

Paulo, e que passou por uma verdadeira revolução. Em 1995, o distrito apresentava uma taxa de 112 homicídios por 100 mil habitantes* (índice que subia para 200/100 mil, quando calculado apenas sobre a população masculina entre 15 e 25 anos). No final dos anos 1999 a 2005, esse mesmo distrito apresenta uma significativa melhora nos índices de violência. Os homicídios foram caindo, chegando a 50%, um numero baixo de homicídios na região,ou seja, 43 homicídios para 100 mil habitantes.

Ilustração 7: Cemiterrio São Luiz, fotos das vitimas da violencia

Lápides cobertas com retratos de falecidos: Cemitério São Luiz, Jardim Ângela

No final da década de 70, fica conhecido na região Santo dias.[26] "Militante de uma ala esquerda da Igreja Católica, Santo Dias teve participação destacada nas lutas dos trabalhadores rurais, da Pastoral Operária, do Movimento Contra a Carestia, da Oposição Metalúrgica e do Comitê Brasileiro pela Anistia"[27].

No dia 30 de outubro de 1979, Santo participava de uma manifestação de operários "para conquistar a adesão dos operários do turno da tarde". Reprimidos pela tropa militar com extrema violência, Santo é assassinado com um tiro e socorrido pelos policiais, que tentaram esconder sua morte, mas não o conseguiram graças à coragem de sua esposa, Ana Maria, que, mesmo contra a vontade dos militares, invadiu a viatura, acompanhando o corpo.

[26] Militante e revolucionário pelas causas trabalhistas
[27] http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=10145 acesso em 31/05/09 as 13h:01m

O assassinato de Santo revoltou todos os operários, que decidiram manter a greve com seis mil operários.

No dia seguinte, milhares de pessoas saíram às ruas, em manifestação pela morte de Santo, e, no acompanhamento do cortejo para seu sepultamento, protestavam contra a ditadura militar que oprimia o povo brasileiro, com brados de “abaixo a ditadura”, “mataram um operário” e “greve geral”. Vigorava, então, o período negro da vida política nacional, com a ditadura militar instaurada em 1964, que se estendeu até 1985, suprimindo os direitos constitucionais do cidadão, exercendo rigorosa censura dos meios de comunicação e uma feroz perseguição política aos que eram contra o regime militar.

Hoje, Santo Dias da Silva é lembrado por todo o país, principalmente no distrito do Jardim Ângela, onde sua esposa e filhos permanecem.

O Jardim Ângela já se destacava na década de 80 pelo sofrimento de seus moradores por falta de políticas públicas para atender suas necessidades, tais como:

- transporte público;
- educação;
- esporte/lazer;
- saúde;
- urbanização; e
- saneamento básico.

3.1 - CABO BRUNO VERSUS PADRE JAIME

Nesta mesma década de 80, o Jardim Ângela mais uma vez era conhecido como o bairro do “pé de pato”[28] cabo Bruno[29], contratado pelos próprios comerciantes da região para fazer justiça e para proteção do comércio.

Segundo Fabiano[30], um comerciante da região contratou cabo Bruno porque duas crianças haviam roubado seu estabelecimento comercial; cabo Bruno foi ao encontro das crianças, executando-as.

[28] Conhecido nas periferias como matador ou justiceiro.
[29] “Cabo Bruno era o que se conhece como "justiceiro", pessoa que é contratada para matar outras, geralmente nas periferias. Ele agia quase sempre em suas folgas”

Não só no Jardim Ângela cabo Bruno agia, mas em toda a região sul de São Paulo ele era o justiceiro, que tirava as vidas.

Na mesma época, chega ao bairro o padre Jaime, que celebrava até cinco missas no final de semana para aqueles que eram assassinados, tal era a violência do bairro. Foi observando esta situação de extrema violência que o padre Jaime percebeu a necessidade do combate à violência com a paz, criando formas de driblar esta violência.

Na década de 90, o Jardim Ângela era considerado como o bairro mais violento do mundo, segundo os dados da Organização das Nações Unidas – ONU: com 116,23 assassinatos anuais para cada 100 mil habitantes, este índice subia para 200 por 100 mil. Com a atuação do padre Jaime, em conjunto com a população organizada, o Jardim Ângela deixa de ser o bairro do cabo Bruno para ser o bairro do padre Jaime.

No comentário de Gilberto Dimensteim sobre o Jardim Ângela, Folha Online, em 5 de junho de 2005, [31] "Assassinato Zero", o autor relata que há mais de um mês o bairro não registrava um assassinato. Nesta mesma reportagem, nos mostra que desde a mobilização do padre Jaime com o Fórum de Defesa da Vida e em seguida a Caminhada Pela Vida e Pela Paz,

> Logo viria a primeira conquista: a instalação de cinco bases de policiamento comunitário. Os policiais foram treinados, na paróquia, para entender os moradores do Jardim Ângela e se relacionarem com eles. "A população só conhecia policiais em movimento, a bordo dos velozes e eventuais furgões." Foram designados para lá policiais com talento para desenvolver ações preventivas. Com a quebra da lei do silêncio, as investigações levaram a prisões de matadores.[32]

Desde então, a criminalidade no Jardim Ângela vem diminuindo e o padre, juntamente com outras ONGs, continua com as mobilizações contra a violência no distrito. Outro dado relevante do motivo da diminuição da criminalidade são os projetos e programas que atendem a população da região com educação, esporte e lazer. A criança e o adolescente após a educação na escolas, tem o atendimento nos projetos

---

[30] Fabiano, morador da região e participante de movimento comunitário desde a década de 70, convidado/palestrante do curso: PROJETO: "SÃO PAULO CUIDA". Capacitação para Construção da Rede de Cuidados à Pessoa em Situação de Violência Doméstica e Sexual da Região Sul 1 de são Paulo., no dia 12/12/08. Relata sua vivência no bairro jardim Ângela

[31] http://aprendiz.uol.com.br/content/nowrejetop.mmp acesso em 23/10/09 ás 15h: 17m.

[32] Idem

educacionais em quatro horas semanais, com cursos de cidadania e profissionalização, tendo a população acima de 18 anos também inclusão digital. A região tem mais espaços para lazer e com a instalação do Hospital M'boi Mirim em 2007, a região também fica mais valorizada.

4 - METODOLOGIA UTILIZADA PELAS PESQUISADORAS

Para atingir os objetivos propostos neste TCC, nós utilizamos a metodologia de pesquisa qualitativa.

A pesquisa social tem sido marcada por instrumentos que valorizam o método quantitativo para descrever e explicar fenômenos. Todavia, podemos identificar uma nova forma de abordagem: a pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social.

Quadro 4- Quanti e quali

Quantitativo & Qualitativo

Quantitativo	Qualitativo
Busca a extensão	Busca a profundidade
Parte do objetivo	Parte do subjetivo
Reflete o subjetivo	Tenta atingir o objetivo
Amostra é ampla, calculada a *priori,* estratificada	A amostra é pequena, obtida no campo, não casualisada, intencional
Trabalha com dados, indicadores e tendências	Trabalha c/ valores, crenças, opiniões, atitudes e representações
Descarta variáveis não representativas	Todas as variáveis são importantes
Parte do particular para o todo	Parte do todo para o particular
Trabalha com hipótese	Trabalha com pressuposto

Meu interesse começou quando houve um convite em setembro de 2007 da coordenadora Maria de Fátima da CAMP para trabalhar como orientadora social com mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos. Aceitei, mas seria um desafio

muito grande. Na realidade eu nem sabia que havia abrigo para mulhere;, conhecia o trabalho da Casa Sofia e o abrigo vim a conhecer após o convite.

Com o passar dos meses, fui tendo gosto pelo trabalho e tomando ciência da importância desses abrigos para coibir e proteger as mulheres em risco iminente de morte.

Tomei tanto gosto pelo trabalho que comecei a pensar em fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso com aquelas mulheres. Pedi autorização para a coordenadora, já que o abrigo é sigiloso, a diretoria aceitou e comecei a pensar de que forma faria esta pesquisa.

No ano seguinte, em 2008, entrou na sala uma aluna de nome Sandra, começamos a ter amizade e um certo dia lhe perguntei qual seria seu tema de TCC e ela me respondeu: “alguma coisa que fale da Lei Maria da Penha”, o que me deixou feliz, porque na realidade eu estava com receio de fazer o trabalho sozinha. Então, fiz-lhe o convite para realizarmos o trabalho em conjunto, sendo aceito por ela imediatamente, pois havia o mesmo receio da parte dela.

Começamos a criar o nosso projeto com a professora Selma e também a ler bibliografias indicadas por ela, o que nos levou a descobrir que a nossa pesquisa deveria ser qualitativa, com o estudo de casos de mulheres abrigadas e desabrigadas.

> Como as metodologias qualitativas não são herméticas, não são excludentes, selecioná-las como recurso instrumental de trabalho abre-nos um campo fecundo de possibilidades. (Martinelli, 2003, p. 24).

Como já mencionado, trabalharemos com estudo de casos onde teremos instrumentais para as coletas de dados e assim aprofundar nosso interesse no estudo dos sujeitos entrevistados .

Havendo essa definição, passamos a pensar de que forma iríamos abordar nosso público alvo.

Com nosso referencial teórico baseado em Martinelli (2003), chegamos à conclusão de que nossas entrevistas seriam estruturadas com perguntas abertas e utilização de gravadores, colocando mais de um para assim nos prevenirmos de problemas técnicos.

Fizemos o levantamento das fichas de anamnese dessas ex-abrigadas para assim localizá-las.

É importante citar que também foi feito o convite de entrevista à equipe interdisciplinar. Das nove que trabalham na casa, foram selecionadas quatro funcionárias: duas ex-assistente sociais, que trabalharam menos de um ano no abrigo (uma saiu por ter recebido melhor proposta de emprego e a outra por ter sido aprovada no concurso público do INSS), uma coordenadora e uma educadora.

As entrevistas ocorreram dentro da própria instituição, no mês de agosto de 2009, em dias diferentes, para não atrapalhar ou sobrecarregar as funcionárias, aproveitando para entrevistar também a abrigada da casa, que fez parte da nossa pesquisa.

No que se refere às usuárias do programa, fizemos duas visitas na própria residência delas, para esclarecer-lhes nosso objetivo, deixando bem clara a nossa proposta, e, obtido o consentimento de todas, marcamos o local das entrevistas.

Ficou decidido que as entrevistas seriam na casa de uma delas, devido à residência ser maior. Ficou também decidido que iria ser feita uma confraternização (lanche da tarde) com elas e seus filhos no mês de julho, em um domingo à tarde.

Explicamos o termo de consentimento livre e esclarecido, obrigatório nesse tipo de pesquisa. Elas aceitaram e o assinaram.

No dia das entrevistas, colocamos que todas poderiam escolher um nome fictício para preservar a integridade delas,mas mesmo assim só algumas optaram por trocar de nome e outras disseram que não estavam mais em risco de vida.

O nosso encontro com elas no domingo marcado para a entrevista teve a duração de quatro horas (16:00hs às 20:00hs), quando mais uma vez as cientificamos de que os dados seriam para elaboração de nosso Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Santo amaro – UNISA.

Ao termino de nossa confraternização, ficamos satisfeitas com o resultado, pois as entrevistadas se mostraram colaboradoras todo o tempo e solicitaram uma copia do nosso trabalho de pesquisa, onde ficará registrada a participação delas na nossa pesquisa científica.

5. ANÁLISE QUALITATIVA

Depois da análise qualitativa, observamos que as falas das entrevistadas tinham muito a ver com nosso referencial teórico e prático desenvolvido desde o início de nossa pesquisa.

O nosso público alvo são as mulheres em situação de violência, pois, como cita a autora Saffioti (2007), ”a violência de gênero afeta tanto homens como mulheres, mas as mulheres ainda têm uma vida mais reclusa, estando infinitamente mais expostas à violência doméstica”.

A violência doméstica causada pelo agressor dessas mulheres, na sua maioria, vem sendo reproduzida desde criança no âmbito familiar e, de acordo com Saffioti (2007), há uma grande probabilidade dessa violência ser reproduzida no círculo de vivência. Portanto, os agressores já vinham visualizando violência em seu meio. Em nosso referencial teórico e prático, notamos que a autora Rocha 2007, coloca que, na maioria das vezes, a violência se dá por motivos de: alcoolismo, stress, droga, falta de emprego, entre outros.

5.1 - A INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA E A VIOLÊNCIA

Iniciamos a análise apresentando a história de vida das mulheres, com ênfase na infância, desde quando essas mulheres já vinham sofrendo várias formas de violência, como o abandono materno:

> Fui criada pelos meus padrinhos desde os 5 anos até aos 12 anos, com eles estudei até a 5º serie, passei uma infância feliz apesar da falta de meus pais e irmãos, pois eles se separaram quando eu tinha 5 anos, minha mãe deu todos os filhos um para cada padrinho, e meus irmãos nunca mais os vi.
> Aos 12 anos a minha mãe foi me buscar para morar com ela em Belo horizonte MG, onde eu tive que começar a trabalhar, pois a minha mãe tinha vicio de álcool e só vivi nos bares bebendo e rodeada de homens, eu tinha que sustentar a casa, mas eu não acostumei com essa vida, a minha patroa me ajudou a voltar para onde eu morava com os meus padrinhos, mas a filha deles não aceitou que eu morasse na casa novamente eu acabei ficando na rua mais de meses, passando fome, frio, todo tipo de necessidade, mas eu fui acolhida por uma família,
> Aos 14 anos, meu pai foi me buscar para vir para São Paulo morar com ele e minha madrasta e seus 3 filhos, no começo foi bem, eu voltei a estudar, mas a minha madrasta começou a me agredir fisicamente, já cheguei a fugir de casa, mas seus filho me procuraram eu voltei, mas quando eu voltei ela mim deu uma

> surra de mangueira e meu pai não fez nada, fiquei tão revoltada que eu tentei me matar tomando remédios controlado tarja preta da minha madrasta(...) mas eu tive coragem e os denunciei para o conselho tutela, depois da denuncia ela nunca mais me bateu, mas a relação ficou mais difícil ainda.
>
> Voltei a trabalhar como baba, fui morar no serviço e parei de estudar. (Marlene abrigada. 26 anos, branca, natural de MG, ensino fundamental incompleto).

A abrigada, após três semanas da entrevista, quebrou uma das regras do abrigo, visitando parentes, e, na conversa individual com a assistente social, pediu o desabrigamento, voltando para a família do agressor. Como estava em estado puerperal e com dificuldades de conseguir emprego, aceitou sair mesmo desempregada, tendo permanecido de quatro a cinco meses no abrigo. Chegara grávida, com uma filha, tendo deixado outros dois filhos morando com a ex-cunhada.

> Minha infância... até os 5 anos de idade foi uma infância normal, depois dos 5 anos meu pai faleceu, deixou minha mãe gestante de uma outra criança, com o tempo a criança nasceu. Teve um acidente na minha casa, a casa pegou fogo e minha irmãzinha caçula tinha meses e veio a falecer, aí minha mãe se tornou alcoólatra, aos 9 anos eu sai de casa, aí fiquei morando com meus avós e na adolescência voltei a morar com meus avós de novo. Aos 14 anos eu já trabalhava, ajudava meus avós, né? Aos 15 anos saia pra curtir umas baladinhas. Aos 16 anos eu comecei a namorar, comecei a minha vida sexual, e como toda menina de 16 anos eu tive vários namorados e aos 19 anos eu conheci o(...) colocar o restante no rodapé.
> (Gloria, nome fictício, 28 anos, negra, ensino médio incompleto-EMI,natural da Bahia)

Ex-abrigada permaneceu no abrigo por um ano e dois meses, devido à gestação. Saiu do abrigo com trabalho (programa do governo, frente trabalho) e hoje se encontra desempregada, morando de aluguel em um cômodo com banheiro, com cinco filhos, quatro do agressor e um de um outro relacionamento após o desabrigamento. Para se manter, esta recebe doações dos vizinhos, bolsa família de R$ 122.00 por mês e vende balas no farol.

> A minha infância foi um mar de rosas, eu fui criada como filha única, só eu, minha mãe e meu pai. Sou filha adotiva, fui adotada com 2, 3 meses de idade por aí e fiquei com ela até determinada data em que ela faleceu, faz 5 anos que ela faleceu, então, durante a minha infância, minha adolescência foi tranqüila.

(Geane, 25 anos, parda, EMI, natural Bahia)

A ex-abrigada permaneceu no abrigo por dez meses, também por motivo de gestação, e saiu com emprego também do programa frente trabalho, está morando em casa locada de dois cômodos e um banheiro . Hoje se encontra desempregada, fazendo “bicos” e vendendo balas no farol.

> Minha infância foi uma infância invejável, fui pro orfanato bebezinha, no Instituto Santa Rosália e saí com meus 17 anos, que é o período permitido. Foi uma infância bem saudável, invejada, né, aonde não havia maldade, eu tive brinquedos, eu tive quarto, eu tive horas, comida saudável, uma educação que hoje em dia ninguém tem. Minha adolescência foi uma infância prolongada, até meus 17 anos eu não tive contato com homem, depois que eu me desliguei do orfanato eu vim passar por uma outra fase, que eu saí do orfanato sem documento, sem roupa, só com a roupa do corpo, não podia levar roupa, não podia nada, tanto que eu fiquei igual cigano, casa de um... e eu não tenho mágoas dessa forma que eu saí dali não né, talvez, foi pra mim madurecer mais saber caminhar com as minha própria perna. Eu saí do orfanato e fui morar em casa de família, com uma amiga de sala de aula e fiquei até os meus 20 anos. (Vitoria, ex abrigada, nome fictício, 34 anos, negra, ensino fundamental incompleto, natural SP capital).

A ex-abrigada permaneceu no abrigo por 3 meses, saiu com emprego, registrada, onde permanece, estando em gozo de férias , mora em casa locada, de dois cômodos e um banheiro, com seus 3 filhos.

De acordo com Chauí (1998), a violência é entendida como física e constrangimento psíquico. Portanto, ao entrevistarmos essas mulheres, notamos que todas elas sofreram alguma forma de violência na infância , no meio familiar, seja física ou psicológica, em suma, essas mulheres, quando crianças, apanhavam, tiveram que abandonar seus estudos para trabalhar e contribuir no sustento da família, sem ter desfrutado sua infância e sentido o abandono materno. Notamos que nenhumas das entrevistadas teve o vínculo materno, seja por abandono ou por algum tipo de violência presenciado na infância.

Segundo Guimarães (2002), a “família carrega valores em suas histórias contadas”.... “É um espaço de construção de afetos”... “Mas a família também é o

espaço da violência, dos maus tratos". O que percebemos com nossas entrevistadas é que não houve este vinculo afetivo com suas mães e nem com a família de origem.

5.2 - AS VIOLÊNCIAS

Como é dito, no ciclo da violência, a mulher passa por ele varias vezes, perdoa o marido e acaba acreditando que as violências cessarão, depois da reconciliação, mas, dias depois, voltam as agressões,com menor ou maior intensidade, até que ela decide pedir ajuda.

Outro fato que acontece no ciclo da violência, na maioria das vezes, quando a mulher percebe que a violência vai ocorrer ou até mesmo quando ocorre, é ela acabar ficando quieta, sem reação, com medo do que o marido seja capaz de fazer.

> O pai dele traia muito a mulher, quando ele chegava ela ficava quieta, com medo dele, mas também ela discontava nas baladas, saia pra baladas, mas ela tinha medo das reações dele. (Geane)

> A violência surgiu por motivo de dinheiro, na verdade droga né? Ele queria dinheiro pra tá consumindo droga e eu com dinheiro não quis dar o dinheiro pra ele, que era dele, então ele jogava na minha cara que o dinheiro era dele e eu falava "não vou te dar porque esse dinheiro é do compromisso de casa" não tinha nada dentro de casa e ele queria o dinheiro pra usar droga, então ali por cima de porrada e eu segurando o dinheiro no bolso, "eu não vou te dar o dinheiro", então foi da onde aconteceu essa agressão, (ex-abrigada, Geane 25 anos)

Como cita a autora Saffioti (1987), na sociedade a mulher é desvalorizada tanto economicamente como socialmente.

Não só o homem desvaloriza o trabalho doméstico; para muitos, o trabalho doméstico não é trabalho, por não gerar renda ou seja, a mais valia, e por ser o homem considerado "chefe de família" e adquirir a renda familiar, a mulher não tem o direito de opinar como será gasto o dinheiro, considerado do esposo.

> A divisão sexual do trabalho parte do princípio que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (agricultura, pecuária e tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (trabalho doméstico, cuidados com a horta e os pequenos animais e tudo que é feito para uso e consumo próprio, além da reprodução da própria família, como cuidados com os filhos). (TERRIBILI, 2005 aput SILVA; MEDINA E SILVA. 2009, p.59).

5.3 - A VIOLÊNCIA E A DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Todas entrevistadas relatam que seu marido eram dependentes químicos (álcool ou drogas)

> (...)"isso já era do pai, foi pro irmão, e ficou pro outro"(...)
>
> Os pais dele bebiam, a mãe dele bebia bastante cerveja , o pai dele bateu uma vez na esposa quando estava bêbado, o pai dele traia muito a mulher , quando ele chegava ela ficava quieta , mas também ela descontava nas festas, e, ela saia pra balada , ela também tinha medo da reação dele . (ex-abrigada, Geane 25 anos,).
>
> Os dois irmãos dele bebia, o pai era alcootra e viciado em crack. (ex-abrigada, Vitória 34 anos)
>
> Os pais dele também eram violento.
> E ele sofreu violência com os pais quando pequeno (ex-abrigada, Gloria 28 anos)

O que a entrevistada relata é que a dependência química vem desde avós, pais e filhos, gerando a violência doméstica quando adulto. É o que Saffioti (2007) coloca acerca de a violência se reproduzir em outrem, a chamada "reprodução da violência", gerada quando o filho presencia violência contra a mãe.

Em nossa entrevista a dependência química é o fator principal da violência, mas em nosso referencial teórico Saffioti (2007), afirma que a violência vem de vários fatores, como stress, necessidade financeira, dependência química , entre outros.

> Com meu primeiro marido depois que eu engravidei fomos morar juntos, mas depois de um ano devido algumas atitudes estranhas a família resolveu confessar que ele era usuário de drogas e ele acabou me pedindo ajuda, eu disse que eu só ajudaria se ele fosse se tratar numa clinica, ele foi, eu, meu filho e a mãe dele íamos visitá-lo na clinica, nesse tempo eu estava grávida de minha segunda filha, após três meses ele saiu da clinica, mas ele começou a me agredi até chegar no limite dele , tentar me matar, nos separamos.
> (...) meu segundo marido, namoramos um ano depois fomos morar juntos, eu tive a minha primeira filha com ele, mas ele tem o vicio de álcool, o nosso relacionamento era insuportável, tudo começou com a agressão psicológica, depois foi a física (...) (Abrigada Marlene 26 anos).

Marlene afirma que as violências decorriam da dependência química dos companheiros. Mas, como citamos, a violência doméstica vem de vários estereótipos, afetando a esposa e quem estiver ao redor e principalmente os filhos, quando presenciam, e muitas vezes são também atingidos pela violência do próprio pai ou até mesmo da vítima, que é a mãe. Abaixo, o depoimento onde consta a violência por parte do agressor:

> (...) foi quando ele começou a agredir meus meninos mesmo, agredir minhas crianças. Quando a Jéssica nasceu o Jefferson ia fazer 4 anos e aí começou a partir as agressões pra cima dele. O Jefferson com 3 anos teve um probleminha de convulsão, dentro desse problema, um dos efeitos que ficou com esse problema de convulsão foi que ele voltou a fazer xixi na cama. Aí teve um dia que eu fui... a Jéssica tava novinha, eu fui levar ela no posto, aí deixei o Jefferson dormindo e ele acordou feito xixi e quando eu cheguei deu uns 5 minutos, quando eu voltei o Jefferson estava embaixo do chuveiro, ele tava batendo no Jefferson, pelado, de cinta, embaixo do chuveiro frio, dizendo que não era mais pra ele mijar na cama.
> As agressões começaram a piorar, piorar, piorar... foi depois do meu primeiro menino mesmo, quando eu estava grávida. Aí ele começou a bater mesmo, pra valer, porque eu ameaçava ir embora, falava que ia embora, eu morava mais ou menos perto da minha família, ele falava que eu não ia, primeiro ele ameaçava eu né? "você não vai, você não vai... se você for eu vou atrás. (ex-abrigada, (Gloria 28 anos).

5.4 - A VIOLÊNCIA COMO CAUSADORA DE PROBLEMAS NA SAÚDE

Todas as participantes de nossa pesquisa relatam ter passado por um tipo de problema de saúde (física ou psíquica):

> Fiquei com a auto estima baixa, me deixou com depressão/deprimida, muita revolta, arrependimento de ter me envolvido (...) (ex-abrigada, Vitória 34 anos)

> Tenho problema na coluna devido a surra que tomei dele, eu tava gestante, tenho dores em um dos meus joelhos, devido as pancadas, pauladas, tinha depressão e passava até três dias sem comer. (ex-abrigada, Glória 28 anos).

Esses relatos comprovam o que Saffioti (2007 afirma de que a violência causa danos na saúde da pessoa, até mesmo o suicídio. Muitas pessoas que sofrem ou já sofreram violência acabam sendo medicadas com remédios controlados, receitados por médicos.

Segundo Parada (2009) [33], todas as pessoas que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência em sua vida passam ou já passaram por algum problema de saúde, tais como: depressão, medo, problemas gastrointestinais, obesidade, hipertensão, etc. Outro problema que a mulher que sofre violência enfrenta,é, nos casos em que trabalha fora, uma diminuição na sua produtividade, faltas mais freqüentes ao trabalho, maior dificuldade em seu aprendizado e pode chegar ao risco de utilizar drogas.

5.5 - A QUEBRA DO CICLO DA VIOLÊNCIA

As mulheres vítimas de violência doméstica resolvem pedir ajuda quando não agüentam mais tanta crueldade dos seus companheiros e assim decidem quebrar o ciclo da violência saindo do próprio lar.

> Minha última saída foi assim: meus meninos estavam doentes. O Jefferson pegou catapora, passou pra Jessica e depois passou pro César. Aí o César teve um febrão, a gente já estava há 3 dias trancados dentro de casa, por causa da última agressão, eu tava toda inchada, com o joelho inchado, a cara toda estourada, toda quebrada. Aí eu não queria que ninguém visse o estado que eu estava, estava a 3 dias trancada dentro de casa. O César teve uma febre muito alta, aí eu falei pra ele, vai ter que levar ele no médico porque senão ele vai acabar convulsionando aqui dentro, aí ele pegou o César, falou que ele ia levar no posto, depois ele voltou, ele saiu e voltou. Ele falou assim: é melhor você ir comigo senão você vai pular a janela, se perguntarem no posto, você diz que foi assaltada, aí eu fui com ele. Foi eu, ele e o menino. Os outros ficaram com a filha dele que morava comigo. Aí quando eu cheguei no posto eu consegui, ele desceu na escolinha pra levar um atestado e eu consegui pegar a enfermeira da escolinha e expliquei pra ela o que estava acontecendo, ela me escondeu lá, foi quando eu consegui sair né? Eu saí, fui passar na casa de uma colega pra pegar uma condução, dinheiro pra condução para ir até a delegacia e eu estava disposta mesmo, falei que se tivesse que matar teria que matar, colega e agora? Aí eu tava indo pra casa de uma colega, encontrei com ele no meio da rua, aí ele perguntou onde eu tava indo, aí eu justifiquei que eu ia na casa da minha colega pra avisar na escola que eu estava doente por isso que eu não estava indo. E era semana de prova e eu tava estudando na época, aí quando eu entrei pra dentro ele fechou as portas e eu comecei a ligar pra delegacia, ele entrou no quintal, ameaçou eu, ameaçou ela até que quando mandaram uma viatura, ele saiu correndo e foi pra minha casa, que era muito perto da onde eu morava, aí foi quando eu consegui sair. (ex-abrigada, Gloria 28 anos)

> Eu me decidir separar pois eu era constantemente agredida, principalmente com palavras, onde ele me chamava de lixo, vagabunda, que eu não era capaz etc, (...)

[33] Coordenadora da Coordenadoria da Violência Contra Mulher.

> O primeiro passo que dei foi procurar a assistente social e a advogada, onde eu fui encaminhada para a delegacia, pela assistente social e a advogada (...). Em seguida, fui encaminhada para o abrigo.(abrigada, Marlene 26 anos)

Como cita Rocha (2007), na maioria das vezes a mulher passa pelo ciclo da violência, ou seja, a primeira fase: "construção e acumulação de tensão", "Tensão do homem – medo da mulher"; a segunda fase:" explosão da violência, descontrole e destruição", e por último a terceira fase:" lua- de- mel, arrependimento do agressor".

Depois de tanta violência, tantos perdões por parte da mulher, achando que o agressor vai melhorar,elas saem de casa ou muitas acabam morrendo nas mãos de seus companheiros. Então, estas mulheres que passaram ou estão no abrigo, romperam com a violência, preservando a integridade física sua e de seus filhos.

5.6 - A CHEGADA NO ABRIGO

Rocha (2007 destaca que o abrigo para mulheres em situação de violência é para garantia da integridade física, psicológica delas e de seus filhos menores, que estão com suas vidas em risco, podendo-se dizer, então, que todas mulheres , com ou sem seus filhos, estarão protegidas das agressões e ameaças sofridas pelo agressor, seja seu companheiro, vizinhos, parentes, entre outros. Safiotti (2007), coloca que a violência contra mulheres ocorre tanto de esposo contra esposa, irmão contra irmã, vizinhos, entre tantos outros casos de violência contra mulheres no Brasil e no mundo

Portanto, a passagem pelo abrigo é de situação emergencial para que as mulheres que saíram da violência reconstruam sua vida com autonomia e dignidade.

Ainda muitas mulheres sofrem violência por não saber da existência de abrigos, ou seja, não conhecem seus direitos, até conhecem albergues, mas "Casas Abrigos para Mulheres Vitimas de Violência" são desconhecidas por muitas:

> Nunca tinha ouvido falar de abrigo, fiquei sabendo quando eu saí de casa. Que minha idéia era a que eu tinha falado, quando eu decidi que ia sair de casa mesmo, se tiver que matar, vai matar e pronto, acabou, eu não agüento mais, nem que eu for perambulando pela rua, né? (ex-abrigada, Gloria 28 anos)

> O abrigo foi assim, eu fiquei sabendo desse abrigo através dessa delegacia. Ela me explicou que tinha uma casa que abrigava mulheres assim, né, e que eu ia ta indo pra lá, então eu me senti aliviada (...) (ex-abrigada. Geane 25 anos)

> A minha chegada no abrigo foi um alívio muito grande, né, falei, agora realmente eu vou recomeçar, claro que quando eu cheguei no abrigo eu cheguei destruída, né, eu cheguei com auto-estima zero (...) (ex-abrigada, Vitória 34 anos)

Com a chegada no abrigo, estas mulheres passam por uma equipe técnica para avaliação de seu estado físico e emocional e assim iniciar tais procedimentos, conforme cita a diretora do abrigo:

> Com o ingresso da mulher e filhos nesta instituição, é feito o estudo da sua necessidade/realidade – pela equipe técnica e a partir daí, as atividades são desenvolvidas por meio de oficinas temáticas, encaminhamentos: jurídico, saúde, educação, inserção no mercado de trabalho, programas sócios assistenciais e benefícios, bem como a compreensão das regras de convivência. (Fátima, coordenadora).

5.7 - O TRABALHO COM A EQUIPE PARA O FORTALECIMENTO DAS ABRIGADAS

Além desse acompanhamento, toda a equipe de trabalho da casa (educadores, agentes operacionais e cozinheira) faz trabalhos socioeducaticavos, desde a higienização pessoal e local, como cursos de capacitação para o fortalecimento destas mulheres, orientando-as no que tange à educação dos filhos, higiene da casa, direitos e deveres, formação de cooperativas para uma profissionalização, já que muitas nunca foram inseridas no mercado de trabalho, e no cumprimento do regimento interno[34].

> Em um primeiro momento mostrar a esta mulher e seus filhos (quando estão com ela), a sua atual realidade e auxilia-la neste novo processo. Este trabalho é feito em conjunto por toda a equipe da casa abrigo. (Solange, ex-assistente social do abrigo).

> Através de oficinas temáticas com diferentes temas de acordo com a necessidade da mulher como; auto-estima, integração grupal, gênero, violência doméstica, orientação nos cuidados básicos de saúde da mulher e filhos. Alcineia, (ex-assistente sócia do abrigo).

> As atividades foi importante, pois eu aprendi uma profissão (fazer chocolates) (abrigada Marlene, 26 anos).

[34] Acordo

> Eu comecei a me fortalecer mesmo quando eu comecei a fazer o curso, fiz o curso de bijuteria, a participar da feira de artesanato, aí aquilo foi muito bom pra mim. Lá a gente fez oficina de fuxico (...) (ex-abrigada, Gloria 28 anos)

Notamos que todas relatam a importância do trabalho com a equipe interdisciplinar para seu fortalecimento. Iamamoto (2008), que o assistente social tem um trabalho de coletividade, portanto observamos que toda a equipe trabalha em conjunto para o fortalecimento das conviventes e para poderem, além de alcançar sua autonomia, reconstruir sua vida juntamente com seus filhos.

5.8- PÓS- ABRIGAMENTO

Assim como o relato acima, muitas mulheres criam sua autonomia, mas infelizmente nenhuma mulher abrigada ou desabrigada se emancipa , devido à falta de políticas públicas para esta demanda.

Rocha menciona esta precariedade:

> ... outra razão para que não aconteça a ruptura definitiva, que pode ocorrer concomitante à descrita ou não. Trata-se da dificuldade encontrada pela mulher para reconstruir sua vida dignamente longe do agressor, o que está diretamente relacionado com as falhas e precariedade das políticas públicas e dos recursos institucionais no sentido de garanti-lhe direitos como: trabalho, renda, capacitação, moradia. (ROCHA, 2007, p. 90 e 91).

Tanto a ex-assistente social do abrigo, como as mulheres que passaram por ele, “sentem na pele” esta precariedade, constatam o abandono que elas e filhos passam no dia-a-dia pós- abrigamento:

> Para enfrentamento de todos os obstáculos que surgem a partir da inserção/desligamento da casa abrigo seria a política pública de habitação, pois a maior dificuldade destas mulheres ao saírem da casa e um local para residir. (Solange, ex-assistente social da casa abrigo)

> O governo deveria facilitar pra nós que saímos de situação, vamos pra um lugar, eles mandam pra outro, vamos paro o advogado, manda pra defensoria, aí dá entrada tem que esperar não sei quantos anos, ai acaba desistindo por não ter condições financeira pra correndo atrás. A gente sabe que existe bolsa aluguel, mas a gente não consegue, eles não facilitam pra nós.
> Quando agente sai do abrigo, elas (equipe da casa) falam de vários benefícios, mas não conseguimos nada. Até a assistente social procurou beneficio: renda aluguel) mas não conseguiu.

> O abrigo também tem culpa, porque a assistente social não te preparamento pra nós. Direito nós temos pelo Estado, não temos como disfruta-lo desse direito. (Geane, ex-abrigada 25 anos)

É preciso que as políticas públicas sejam realmente políticas de “equidade” e que estas mulheres adquiram seus “direitos de direito” e não sejam apenas “cidadãs de papel”, ou seja, aquele direito que temos e está guardado na gaveta, não sendo executado, e assim não só as mulheres deixam de ter um avanço democrático, mas toda a sociedade brasileira.

Apesar da falta de execução das políticas públicas, as mulheres relatam que estão muito bem, o problema maior é a situação financeira em que se encontram. O contato delas com a equipe do abrigo não pode acontecer, devido a orientação que é passada a elas durante o período de permanência e no desabrigamento das usuárias com indicação de serviços prestados para garantia de direitos.

> De enfrentar as dificuldades porque foi um desafio pra todo mundo. A minha vida está ótima, só de pensar que você pode acordar, que você está vivo, que não tem ninguém te ameaçando, as dificuldade é o de menos, você passa por cima. A liberdade é bom né? Vai empurrando com a barriga... a minha dificuldade financeira, eu só to fazendo bico, é desemprego mesmo. Por que é assim, quando a gente passar por uma casa assim, eu penso, que nesse caso a gente sai, abandona a casa, abandona tudo, eu acho que deveria, até mesmo as leis, os projetos de governo, eu acho que deveria de ter sistema de mutirão de casa popular, alguma coisa assim pra que a gente saísse e ao invés de pagar um aluguel, você pagasse a sua cazinha.(Glória, ex-abrigada 28 anos)

> Hoje eu estou desempregada, né, não estou trabalhando, faço bico sempre que aparece, assim, eu lavo uma roupa, eu faço uma limpeza numa casa, lavo umas panelas no restaurante, o que for aparecendo, eu saio vendendo umas balinhas. (ex-abrigada, Geane 25 anos)

> Eu não to namorando, de jeito nenhum, to tão bem sozinha, to apaixonada por mim mesma, eu me amo e não preciso de um homem pra ser amada, eu me olho no espelho, como eu sou linda, maravilhosa, não é um homem que vai fazer eu bonita. Uma vitoriosa, guerreira. Eu to fortalecida, se eu puder dar uma palestra eu tenho uma condição boa de dar. (Vitória, ex-abrigada 34 anos).

> Eu já estou preparada para sair, de preferência já com emprego, estabilizada, pretendo ir para minha casa o mais rápido que eu puder. Eu já me sinto apta para sair do abrigo, só falta um emprego, eu pretendo sair no meu tempo certo e estabelecida pelo abrigo, só falta mesmo o emprego para alugar a minha casa e cuidar das minhas filhas e voltar a conviver com meus filhos.
> Eu agora sou uma pessoa mais calma, aprendi a ter mais paciência com a minha filha, eu aprendi como é bom uma criança ter regras (hora de comer,

> hora de dormi hora do banho), em fim, tudo que é bom para uma criança crescer bem e saudável não é preciso agredi-la.
> No momento a minha situação financeira não é boa, mas vai melhora.
> Estou preparada para enfrentar a sociedade e qualquer dificuldade que aparecer no meu caminho. (abrigada, Marlene 26 anos).

Notemos que todas as entrevistadas colocaram que se sentem ou se sentiram aptas ao desligamento do abrigo, mesmo com a inexistência de uma política para garantir a emancipação dessas mulheres que permaneceram entre quatro meses a um ano no abrigo. O que percebemos, também, é que todas relatam que o abrigo foi de grande importância para seu fortalecimento, ou seja, a equipe tem um ótimo trabalho voltado para estas mulheres poderem ser relançadas à sociedade, livres das agressões praticadas pelo seu ex-companheiro.

Outro dado relevante que pudemos observar é que estas mulheres saíram da violência física, mas duas delas permanecem em extrema vulnerabilidade social, com renda de R$ 122,00 por mês da Bolsa Família.

Quantas outras mulheres estão passando pela mesma situação, de um abrigamento ou um pós- abrigamento, já que muitas delas não completaram o ensino médio, não têm uma profissão e enfrentam dificuldades financeiras, sendo inevitável a volta para casa, ou seja, para o agressor, premidas pelo vinculo afetivo e pela preocupação de os filhos crescerem sem a presença paterna.

Com o aprofundamento de nosso campo e objeto de estudo, concluímos que, enquanto não se implementarem políticas públicas eficazes, para minimizar a violência contra mulheres, os homens continuarão violentando suas vítimas femininas. Mas além de puni-los pelos crimes cometidos, é necessário suprir a falta de programas para estes agressores se recuperarem, já que mencionamos que a violência é reprodutiva. Muitos desses agressores já passaram por um tipo de violência e hoje a estão reproduzindo em seus filhos e mulheres. Isto continuará acontecendo se o governo não tomar medidas drásticas para o tratamento e a prevenção de outras vítimas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo conhecer o cotidiano das abrigadas e sua emancipação para a sociedade pós- abrigamento.

No nosso campo de pesquisa, percebermos que os profissionais incentivam a autonomia das abrigadas para irem sozinhas, com seus filhos, à escola, hospitais, passeios etc. A partir daí, elas começam a sentir segurança no que fazem, sem a preocupação de serem violentadas ao chegar em casa, pois este novo sentimento não existia quando estavam com seus agressores.

Além da confiança adquirida, as mulheres passam a desenvolver atividades aplicadas, tais como: confecções de chocolates/trufas e bijuterias. Cabe enfatizar que elas não tinham uma profissão, não estavam conscientes de seus direitos e deveres, mas deixam o abrigo com plena consciência de seus direitos e deveres, exemplo: (cuidado com os filhos, Lei Maria da Penha...). A esse respeito, não estavam atentas para os meios da violência física e psicológicas a que, até então, ficavam expostas.

Dentro das mesmas estratégias metodológicas, a criança também é orientada para o convívio com os demais, que não sejam de seu vinculo familiar, em coletividade e sem o uso da violência.

Ilustração 8: Quem bate na mulher

Além disso, as abrigadas se ocupam com o trabalho em grupo, reflexões textuais, dinâmicas, como se comportar diante de uma entrevista, montagem do currículo etc.

Muitas mulheres que optam pela quebra do ciclo da violência com seus parceiros passam por todo processo de fortalecimento até chegar ao desligamento do abrigo. Com nosso objeto de estudo, percebermos que todas estão fortalecidas após essa experiência, mas duas das quatro entrevistadas estão em altíssima vulnerabilidade social, passando necessidades financeiras morando em barracos sem nenhuma condição de higiene, entre outros.

Com esta pesquisa, podemos dizer que nossa hipótese inicial é parcialmente confirmada porque afirmamos que a emancipação destas mulheres ocorreria com a passagem pelo abrigo e todo trabalho sócioeducativo desenvolvido pela equipe interdisciplinar. Todavia, pudemos constatar, que todas elas se fortaleceram e criaram sua autonomia.

Para nós, futuras assistentes sociais, as falhas nas políticas públicas são responsáveis pelo crescimento da vulnerabilidade social, ficando notório que estas mulheres não necessitariam passar por nenhum tipo de abrigo, se as políticas públicas de habitação, geração de renda, profissionalização fossem eficazes.

Não se concretizam, pois, as garantias criadas pela Lei 11.340 de 2006 para mulheres em situação de violência:

“Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”

Portanto, fica claro para nós que, se a mulher tivesse garantia de uma habitação ou aluguel social para sair da violência, não precisaria ser institucionalizada em abrigos.

Não podemos descartar a importância dos abrigos para mulheres em situação de violência, no entanto, foi durante o andamento da nossa pesquisa científica que percebemos a fragilidade das políticas públicas em relação à violência doméstica contra a mulher.

Universidade de Santo Amaro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa – NOME DA PESQUISA -, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador(a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: A emancipação das abrigadas e ex-abrigas da Casa Abrigo Maria da Penha

PESQUISADOR(A) REVSPONSÁEL: Claudilene Rodrogues das Virgens, Sandra Marina Alves de Sousa

ENDEREÇO: R. Luiz Baldinato Nº 09, j. Ângela

TELEFONE: 87462147

PESQUISADORES PARTICIPANTES: Claudilene Rodrigues das Virgens e Sandra Maria Alves de Sousa

OBJETIVOS: (descrever os objetivos da pesquisa de forma clara e em linguagem acessível aos participantes dela).

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: EX: (se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário **sobre** A emancipação das abrigadas e ex-abrigas da Casa Abrigo Maria da Penha ou entrevista (gravada ou não) sobre_____). Explicar todo o procedimento que será realizado no participante da pesquisa. Em que consiste a pesquisa? Como será realizada? Para que servirão os dados, informações e demais materiais coletados do participante da pesquisa?

RISCOS E DESCONFORTOS: (descrever os possíveis riscos e prejuízos de qualquer espécie que poderão ocorrer: desconfortos, lesões, riscos morais e constrangimentos que poderão ser provocadas pela pesquisa).

BENEFÍCIOS: (descrever os benefícios diretos e/ou indiretos que os sujeitos de pesquisa ou a comunidade em que ele se insere terá, decorrente da participação na pesquisa).

.**ONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA:** (garantia de sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa).

Assinatura do Pesquisador Responsável:

_____

Universidade de Santo Amaro

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____ RG/CPF,

declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(a) **– Claudilene Rodrigues das Virgens e Sandra Marina Alves de Sousa** dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso

retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

São Paulo 18 de julho de 2009

UNISA – UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Claudilene Rodrigues Das Virgens
Sandra Marina Alves de Sousa

A emancipação da abrigada e ex-abrigadas da Casa Abrigo Maria da Penha

São Paulo
2009

CLAUDILENE RODRIGUES DAS VIRGENS

SANDRA MARINA ALVES DE SOUSA

A emancipação da abrigada e ex-abrigadas da Casa Abrigo Maria da Penha

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de bacharel em Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, sob a orientação da Profª. Drª. Vera Cristina de Souza.

SÃO PAULO
2009

A emancipação da abrigada e ex-abrigadas da Casa Abrigo Maria Penha

CLAUDILENE RODRIGUES DAS VIRGENS

SANDRA MARINA ALVES DE SOUSA

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social a Faculdade de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro

Data de Aprovação: **12/11/2009**

BANCA EXAMINADORA

_____

Doutora: Vera Cristina de Souza
Orientadora

_____

Profª: Selma Amaral
Leitor Crítico

CONCEITO FINAL :_____

RESUMO

Este trabalho científico tem como objetivo conhecer o cotidiano das abrigadas e sua emancipação para a sociedade pós-abrigamento. O patriarcalismo ainda está bem vivo na sociedade contemporânea. Infelizmente, ainda existem homens que acham que têm direito sobre o corpo da mulher. Assim, o movimento feminista, desde a década de 60, em plena ditadura militar, luta contra todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres. Com tantas manifestações e reivindicações, surgem o centro de defesa da mulher, defensorias, abrigos, DDMs e a Lei Maria da Penha, de nº 11.340 de 2006. A partir dessa lei, fica alterado o Código Penal Brasileiro, considerando-se crime quando a mulher passa por qualquer tipo de violência, tais como: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. O agressor deixa de pagar uma cesta básica, passando a ser punido de um a três anos de detenção. O primeiro contato que a mulher tem quando está com sua integridade física em risco é com as DDMs ,o Centro de Referência da Mulher CRAS ou CREAS, onde é feita uma triagem para averiguar se o caso é de risco, hipótese em que a mulher é encaminhada para abrigo de proteção, longe de sua residência, para sair do risco. Nosso campo de pesquisa foi o Abrigo Maria da Penha, um dos projetos da Sociedade Santos Mártires do distrito Jardim Ângela. Muitas mulheres são encaminhadas para este abrigo, onde é feito todo um trabalho para garantia de direitos (saúde, educação, jurídico, assistência social) e o trabalho sócioeducativo (geração de renda, convívio social...) para que a mulher se fortaleça e adquira sua autonomia dentro do prazo de seis meses para sua emancipação. A metodologia utilizada foram perguntas abertas para abrigadas, desabrigadas e profissionais do abrigo, pesquisando as mulheres desde o abrigamento até o pós- abrigamento. Com a falta de políticas públicas, algumas mulheres que passaram pelo abrigo estão em altíssima vulnerabilidade social, portanto, notamos a importância da política de habitação, aluguel social, profissionalização, geração de renda para que haja uma emancipação destas. Enquanto não houver essas políticas, muitas mulheres passarão por violências.O governo ainda tem muito a fazer para o combate desse tipo de violência, para minimizá-la.

Ilustração- 1. Equipe CAMP coordenadora e educadores Com Maria da penha;
Ilustração- 2. Caminhada Pela Vida e Pela Paz :cemitério São Luiz;
Ilustração- 3. IV Fórum Social Sul 2009;
Ilustração- 4. Geração de renda com as mulheres;
Ilustração- 5. Atividade pedagógica com as crianças;
Ilustração- 6. Mapa distrito Jardim. Ângela;
Ilustração- 7. Cemiterrio São Luiz, fotos das vitimas da violencia;
Ilustração- 8. Quem bate na mulher.

LISTRA DE QUADROS

Quadro- 1. Serviços da SSM;

Quadro- 2. Atendimentos em 27 meses relativos aos anos 2007-2009;

Quadro- 3. Descrição da Zona Sul;

Quadro- 4. Quali e Quanti.

LISTAS DE SIGLAS

Boletim de Ocorrência (B.O);
Casa Abrigo Maria da Penha (CAMP);
Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPSad);
Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA);
Centro de Estudos de Pesquisa,Informações e Ação (CEPLA-RJ);
Centro de Referencia da Assistência Social (CRAS);
Centro de Referências Especializado de Assistência Social (CREAS);
Centro Educação Infantil (CEI);
Centro Jovem (CJ);
Centro para Criança Adolescente e Jovens (CCAJ);
Centro para Criança e Adolescente (CCA);
Centro para Crianças e Adolescente (CCA);
Centro Utilitário de Apoio aos Filhos de Dependentes Químicos (CUAFDQ);
Comissão Econômica para América Latina e Caribe(CEPA);
Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM;)
Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM);
Delegacia de Defesa da Mulher (DDM);
Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs);
Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher(DEAM);
Doenças Sexualmente Trasmissíveis (DST);
Ensino fundamental incompleto (EFI);
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA);
Instituto Médico Legal(IML);
Movimento de Alfabetização de Jovens e Adulto (MOVA);
Núcleo de Defesa e Convivência para Álcool e Drogas (CASA SOFIA);
Núcleo de Proteção Psicossocial Especial (NPPE);
Organização Não Governamental (ONG);
Organizações das Nações Unidas (ONU);
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM);

Plano Plurianual (PPA);
Programa de Atenção Integral à Família (PAIF);
Redescobrindo o Adolescente na Comunidade (RAC);
Secretária Assistência Social (SAS);
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (SPM);
Secretária Municipal e Desenvolvimento Social (SMADS);
Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP);
Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
Sociedade Santos Mártires (SSM).

SUMÁRIO

	Introdução.....	08
1	I Capitulo.....	11
1.1	O reaparecimento do movimento feminista na década de 60 na Ditadura militar.....	11
1.2	Conhecendo um pouco sobre violência gênero e tipos de violência.....	14
1.3	Surgimento das delegacias especializadas e abrigos para mulheres.....	22
1.4	Ciclo da violência domestica contra as mulheres.....	24
1.5	Violência contra mulheres que chocaram o Brasil.....	26
1.6	Cidadania e Política Publica direito de todos.....	27
1.7	Lei nº 11.340/06 Maria da Penha.....	28
1.8	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres I e II.....	30
2	Capitulo II.....	36
2.1	Histórico da Instituição Sociedade Santos Mártires – SSM..	36
2.2	Serviços da entidade.....	36
2.3	Eventos da instituição.....	38
2.4	Parceiros.....	40
2.5	Histórico da Casa Abrigo Maria da Penha – CAMP.....	40
2.6	Dinâmica da Casa.....	42
2.7	Metodologia do abrigo.....	45
2.8	Perfil das Abrigadas.....	45
3	Descrição do território – Jardim Ângela.....	48
3.1	Cabo Bruno versus padre Jaime.....	50
4	Metodologia utilizada pelas pesquisadoras.....	53
5	Analise qualitativa.....	56
5.1	A infância/adolescência e a violência.....	56
5.2	As violências.....	59
5.3	A violência e a dependência química.....	60

5.4 A violência como causadora de problemas de saúde..... 61
5.5 A quebra do ciclo da violência..... 62
5.6 A chegada no abrigo..... 63
5.7 O trabalho com a equipe para o fortalecimento das abrigadas..... 64
5.8 Pós abrigamento..... 65
Considerações finais..... 68
Referencias..... 71
Anexos..... 74